



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-
GRANDENSE – CÂMPUS CHARQUEADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

CRISTIANE FORTES

**ORGANIZAÇÃO E MEMÓRIAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO NÚCLEO
ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS JULIETA BALESTRO**

Charqueadas
2025

CRISTIANE FORTES

**ORGANIZAÇÃO E MEMÓRIAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO NÚCLEO
ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS JULIETA BALESTRO**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Sul-rio-grandense-Câmpus Charqueadas.

Linha de Pesquisa: Organização e memórias de espaços pedagógicos na EPT.

Orientador: Prof. Dr. Douglas João Orben.

Charqueadas

2025

F738o Fortes, Cristiane

Organização e memórias na educação do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos Julieta Balestro. / Cristiane Fortes – Charqueadas, RS, – 2025.

111 f.

Dissertação – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – Câmpus Charqueadas, Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT).

“Orientador: Prof. Dr. Dougrals João Orben”

1. Organização e memórias. 2 Educação de Jovens e Adultos.
3. Espaços pedagógicos. I. Título.

CDU 377

Catálogo na Publicação:
Bibliotecário Fernando Scheid - CRB 10/1909

CRISTIANE FORTES

**ORGANIZAÇÃO E MEMÓRIAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO NÚCLEO
ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS JULIETA BALESTRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 30 de setembro de 2025.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Douglas João Orben
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense
Orientador

Prof. Dra. Adriana de Almeida
Universidade do Estado do Rio de
Janeiro

Profa. Dra. Patrícia Mendes Calixto
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense

Prof. Dr. Paulo Eduardo Dias Taddei
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense

Dedico este trabalho em especial ao
Neeja e a Sra. Julieta Villamil Balestro
(em memória).

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense-Campus Charqueadas;

Ao meu orientador, Professor Doutor Douglas João Orben, pela orientação, apoio, contribuições e confiança depositadas em meu trabalho, que foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa;

Aos professores do ProfEPT do Câmpus Charqueadas, por acreditarem na educação e por suas contribuições e seus conhecimentos para minha formação;

Aos alunos, professores e equipe diretiva do Neeja Julieta Villamil Balestro e Escola Penal da Susepe, pela receptividade e pelas contribuições que permitiram o desenvolvimento desta pesquisa;

Aos meus colegas da turma ProfEPT, em especial: André, Aline, Elisandra, Janaí, Roseli e Sônia, pelo apoio, incentivo e motivação especialmente nos momentos de desafios, contribuindo significativamente para a conclusão desta dissertação;

Aos membros da banca examinadora, Professora Doutora Patrícia Mendes Calixto, Professora Dra. Adriana de Almeida e Professor Dr. Paulo Eduardo Dias Taddei, pela disponibilidade em analisar esta dissertação, pelas sugestões e importantes contribuições;

Ao meu amor, que foi muito paciente e me ajudou muito a manter a serenidade;

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização e conclusão deste trabalho;

O meu muito obrigada!

“Ser capaz de recomeçar sempre, de
fazer, de reconstruir, de não se entregar,
de recusar burocratizar-se mentalmente,
de entender e de viver a vida como
processo, como vir a ser...”

- Paulo Freire -

RESUMO

A presente pesquisa iniciou-se por meio da minha experiência no mercado de trabalho, na indústria, advindo de um trabalho maçante e alienante e aliado ao serviço público exercido de conselheira tutelar, que ofereceu uma perspectiva única sobre as lacunas existentes nos sistemas intersetoriais, como por exemplo: falta de oportunidades igualitárias para os indivíduos, dentre elas: moradia, alimentação, educação, saúde e medidas socioeducativas coerentes aplicadas aos jovens infratores e a carência de políticas públicas voltadas para as crianças e adolescentes em situação vulnerável. A decisão em direcionar a pesquisa de mestrado para o sistema prisional é justamente considerar as necessidades educacionais e a importância da reintegração social para os jovens e adultos que passam por este sistema. A escolha e motivações buscam entender as demandas de educação nos estabelecimentos prisionais, especificamente no Núcleo Estadual de Educação Julieta Villamil Balestro nos sistemas prisionais de Charqueadas. A linha de pesquisa tem como núcleo temático a organização e memória dos espaços educativos da Educação Profissional e Tecnológica, visando resgatar esta história e a importância deste núcleo na formação dos sujeitos, compreendendo como se estrutura o currículo integrado com o Proeja. E, embora não seja esse o objeto de estudo, descreve-se este espaço pedagógico formal e as suas interações com o mundo do trabalho e a sociedade, visando a uma expectativa de formação integral e significativa do estudante. Eles são sustentados no trabalho como princípio educativo e na pesquisa como princípio pedagógico e a construção temporal, por meio dos estudos de memória da Educação Profissional e Tecnológica no núcleo, que, ao longo do tempo, vem configurando os processos de ensino e de organização de seus espaços pedagógicos. A metodologia utilizada é a pesquisa qualitativa, a qual deve ser realizada nas rodas de conversas e entrevistas semiestruturadas com questionários que serão aplicados com os professores, diretor e supervisor atuantes no Neeja Julieta Villamil Balestro, nos complexos prisionais da cidade de Charqueadas, nos momentos de formação pedagógica e a análise documental das informações da constituição do núcleo, Projeto Político Pedagógico. O produto educacional resultante da pesquisa é a apresentação de um e-book digital sobre as memórias e trajetórias formativas que ocorrem no Neeja Julieta Villamil Balestro em um contexto em que ocorre o Proeja. O e-book consiste em dizer que a identidade que cada instituição escolar, seus professores, gestores, funcionários e alunos constroem é um processo dinâmico, sujeito permanentemente à reformulação relativa às novas vivências, às relações que se estabelecem, esse processo está fortemente enraizado na cultura do tempo e lugar onde os sujeitos sociais se inserem e na história que se produziu a partir da realidade vivenciada, que constitui ela mesma “um lugar de memória”.

Palavras-chave: organização e memórias; Educação de Jovens e Adultos; espaços pedagógicos.

ABSTRACT

This research began with my experience in the job market, in the industry, coming from a boring and alienating job and combined with the public service exercised as a guardian counselor that offered a unique perspective on the gaps that exist in intersectoral systems, such as: lack of equal opportunities for individuals, among them: housing, food, education, health and coherent socio-educational measures applied to young offenders and the lack of public policies aimed at children and adolescents in vulnerable situations. The decision to direct the master's research to the prison system is precisely to consider the educational needs and the importance of social reintegration for young people and adults who pass through this system. The choice and motivations seek to understand the demands for education in prison establishments, specifically in the Julieta Villamil Balestro State Education Center in the Charqueadas prison system. The line of research has as its thematic core the organization and memory of educational spaces of Professional and Technological Education and aims to rescue this history and the importance of this core in the formation of subjects, understanding how the curriculum integrated with Proeja is structured, this not being the object of study, but describing this formal pedagogical space and its interactions with the world of work and society, aiming at an expectation of integral and significant formation of the student, sustained in work as an educational principle and in research as a pedagogical principle and temporal construction, through studies of the memory of Professional and Technological Education in the core, which over time, has been configuring the teaching processes and organization of its pedagogical spaces. The methodology used is qualitative research, which should be conducted through discussion groups and semi-structured interviews with questionnaires that will be applied to the teachers, director and supervisor who work at Neeja Julieta Villamil Balestro, in the prison complexes of the city of Charqueadas, during pedagogical training sessions and documentary analysis of information on the constitution of the Center, Political Pedagogical Project. The suggested educational product resulting from the research is the presentation of a digital e-book about the memories and formative trajectories that occur at Neeja Julieta Villamil Balestro in a context in which Proeja takes place. It e-book consists of saying that the identity that each school institution, its teachers, managers, employees and students build is a dynamic process, permanently subject to reformulation relative to new experiences, to the relationships that are established, this process is strongly rooted in the culture of the time and place where the social subjects are inserted and in the history that was produced from the experienced reality, which constitutes itself "a place of memory".

Keywords: organization and memories; Youth and Adult Education; pedagogical spaces.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Mapa Mental da Escolarização da EJA	39
Figura 2 — Fotografia de Julieta Villamil Balestro em evento não identificado (Rio Grande do Sul, data desconhecida)	47
Figura 3 — Percurso metodológico	55
Figura 4 — Análise de conteúdo	60

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 — O e-book como produto educacional pode impactar os docentes e estudantes do sistema prisional?	89
Gráfico 2 — O produto educacional pode impactar os servidores públicos de um modo geral quanto à importância da identidade institucional do Neeja e seus sujeitos?	90
Gráfico 3 — Você sente-se pertencente e integrante da memória e identidade do Neeja Julieta Villamil Balestro?.....	91
Gráfico 4 — O e-book contribui de forma positiva para o resgate da memória, história e identidade do NEEJA Julieta Villamil Balestro?	91
Gráfico 5 — Através do e-book foi possível compreender como se estruturam e são planejados os espaços pedagógicos do NEEJA Julieta VillamilBalestro?	92
Gráfico 6 — Quanto ao layout e à apresentação dos conteúdos do E-book?.....	93

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — Repositório Google Acadêmico.....	23
Quadro 2 — Plataforma Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.....	28
Quadro 3 — Alunos matriculados na EJA do NEEJA Julieta Villamil Balestro, 2025	50
Quadro 4 — Categorização das análises das entrevistas	61
Quadro 5 — Importância da organização e história do Neeja para a preservação da memória do núcleo.....	61
Quadro 6 — Representatividade do Neeja na trajetória do profissional	64
Quadro 7 — Contribuição do profissional na implantação e história do Neeja	65
Quadro 8 — Percepção do papel da educação e trabalho para as pessoas privadas de liberdade	65
Quadro 9 — Organização dos espaços pedagógicos.....	67
Quadro 10 — Acessibilidade dos discentes	68
Quadro 11 — Perfil dos discentes.....	70
Quadro 12 — Formação dos docentes	70
Quadro 13 — Desafios e fatores facilitadores enfrentados neste contexto escolar ..	72
Quadro 14 — Estratégias para favorecimento do processo educativo Educação de Jovens e Adultos a Educação do Ensino Médio Integrado	74
Quadro 15 — Participação da qualificação profissional às pessoas privadas de liberdade	79
Quadro 16 — Identificação das perguntas do questionário de avaliação	88
Quadro 17 — Como o e-book pode contribuir para a melhoria da educação no contexto prisional	89
Quadro 18 — Comente	93

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CEAA	Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos
CEED	Conselho Estadual de Educação
CNPCP	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
CPA	Colônia Penal Agrícola
CPERS	Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DTP	Departamento de Tratamento Penal
D.O.U	Diário Oficial da União
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENCCEJA	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
EPTNM	Educação Profissional Técnica de Nível Médio
FIC	Formação Iniciada Continuada
FUNDEF	Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
IPCH	Instituto Penal de Charqueadas
JVB	Julieta Villamil Balestro
LEP	Lei de Execução Penal
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
NEEJA	Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PAS	Programa Alfabetização Solidária
PE	Produto Educacional
PEAR	Penitenciária Estadual de Arroio dos Ratos
PECAM	Penitenciária Estadual de São Jerônimo
PEEPPE	Plano Estadual de Educação para Pessoas Presas e Egressas
PESJ	Penitenciária Estadual de São Jerônimo
PHC	Pedagogia Histórica Crítica

PLANFOR	Plano Nacional de Formação do Trabalhador
PPL	Pessoas Privadas de Liberdade
PMEC	Penitenciária Modulada Estadual de Charqueadas
PNE	Plano Nacional de Educação
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PT	Partidos dos Trabalhadores
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
SEA	Serviço de Educação de Adultos
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SUSEPE	Superintendência de Serviços Penitenciários
TICS	Tecnologia de Informações e Comunicações
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	CAMINHO PERCORRIDO NA FORMAÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL AO ENCONTRO DO TEMA DE PESQUISA	17
1.2	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	20
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	22
2.1	ESTADO DO CONHECIMENTO	22
2.2	RELAÇÃO COM O TEMA E AS BASES CONCEITUAIS DA EPT	32
2.2.1	A relação trabalho e educação e suas implicações na Educação de Jovens e Adultos	32
2.2.2	A Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional tecnológica	35
2.2.3	A Educação de Jovens e Adultos nos sistemas prisionais	40
2.2.4	História e memórias do Neeja Julieta Villamil Balestro	43
2.2.5	A história da professora Julieta Villamil Balestro.....	46
2.2.6	A educação organizada e planejada nos espaços pedagógicos do Neeja Julieta Villamil Balestro	47
3	PERCURSO E ANÁLISE METODOLÓGICA.....	55
3.1	PESQUISA DOCUMENTAL	56
3.2	QUESTIONÁRIO E ENTREVISTA.....	57
3.3	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	58
3.4	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	60
3.4.1	Entrevista com os servidores do Núcleo de Educação Estadual de Jovens e Adultos Julieta Villamil Balestro.	60
4	PROPOSTA DE PRODUTO EDUCACIONAL.....	81
4.1	CONSTRUÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	83
4.2	APLICAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	88
4.3	CONSIDERAÇÕES SOBRE O PRODUTO EDUCACIONAL	94
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
	REFERÊNCIAS	101
	APÊNDICE A — Roteiro de Entrevista Semiestruturada com Diretores	109
	APÊNDICE B — Roteiro de Entrevista Semiestruturada com Supervisor Escolar	110

APÊNDICE C — Roteiro de Entrevista Semiestruturada com	
Professores.....	111

1 INTRODUÇÃO

A dissertação irá desenvolver uma abordagem sobre as memórias e trajetórias formativas que ocorrem no Neeja Julieta Villamil Balestro em um contexto em que ocorre o Proeja (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica) nas instituições do complexo prisional do Município de Charqueadas, visando compreender, por meio das memórias e narrativas dos sujeitos que participam do processo de formação e transformação social das pessoas privadas de liberdade, construídos historicamente desde a implantação do núcleo até os dias atuais.

Para tanto, será feita a análise documental da implantação do núcleo Julieta Balestro e do Proeja e demais documentos que se fizerem necessários para conhecimentos das diretrizes da instituição pesquisada. Será analisada, ainda, a organização pedagógica neste contexto e, sendo esta uma educação formal, como se relaciona com a educação não formal. Pretende-se, por meio da literatura acadêmica, caracterizar este espaço e estabelecer relações com a realidade da EPT, considerando a modalidade de ensino médio praticada com as pessoas privadas de liberdade, alinhada à promoção de uma educação profissional ¹omnilateral.

A estrutura do currículo integrado do Proeja à Educação Profissional tecnológica na instituição prisional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos será um objetivo a ser compreendido, amparado nas diretrizes de alinhamento da educação de jovens e adultos com a Base Nacional Comum Curricular e a Política Nacional de Alfabetização Resolução nº 1, de 28 de maio de 2021 (Brasil, 2021). Procurar-se-á entender de que forma essas diretrizes vêm atendendo à modalidade Educação de Jovens e Adultos e suas especificidades, as finalidades próprias para o atendimento das pessoas jovens e adultas que tiveram os seus direitos à educação negados e se estão sendo considerados os princípios da educação integral, no contexto histórico.

Sabemos que o indivíduo sentenciado que ingressa no sistema prisional é

¹ Omnilateral é um termo que vem do latim e cuja tradução literal significa “todos os lados ou dimensões”. Educação omnilateral significa, assim, a concepção de educação ou de formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012, p. 267).

privado de sua liberdade, porém continua detentor dos demais direitos e garantias fundamentais, conforme determinação de Lei de Execução Penal, Capítulo II, Seção I, Artigo 10. A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. (Regulamento). Artigo 11. A assistência será: material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa.

Nesse contexto, a educação prisional possui um papel importante na retomada do convívio das pessoas privadas de liberdade, melhorando em sociedade sua perspectiva para o futuro e possibilitando romper um ciclo de exclusão e reincidência ao crime. Assim, há uma expectativa do estreito vínculo entre educação e trabalho e espera-se seu ingresso ao trabalho e desta forma é fundamental identificarmos como é fomentada a qualificação profissional às PPL e o respeito às diferentes formas de cultura, das produções de valores que nos permitem conhecer melhor este sujeito e também contribuir na sua formação.

O produto educacional consiste em um e-book digital que pode ser distribuído de forma rápida e eficiente por meio da internet, divulgação e custo baixo, com definição de tema e organização de tópicos e formatos. Será feito um resgate à organização e às memórias do Neeja Julieta Villamil Balestro, dos seus espaços pedagógicos, das contribuições do Neeja e dos docentes e servidores públicos que atuam na perspectiva de uma Educação Profissional e Tecnológica neste contexto.

1.1 CAMINHO PERCORRIDO NA FORMAÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL AO ENCONTRO DO TEMA DE PESQUISA

Dentre minhas memórias afetivas do tempo de criança, a que mais me inspira sou eu com meu quadro negro, com codinome professora: “Andrea Machado Martins”, quando passava a tarde escrevendo e falando com meus alunos imaginários, com independência financeira, rotina, com meu carro e meu talão de cheques, inspirada no cotidiano de trabalho de meus pais. Eu era uma aluna de ensino público, esforçada, assídua, muito apegada à escola, tímida e comprometida.

Devido às dificuldades financeiras, iniciei minhas atividades profissionais bem jovem. Aos quinze anos, já realizava estágio durante o dia em uma instituição financeira para ajudar meus pais, estudava à noite no ensino médio profissionalizante de técnico em contabilidade. Aos dezoito anos, ingressei na faculdade no Curso de

direito, uma profissão que na época era uma das grandes ofertas de mercado de trabalho e no qual não pude permanecer por falta de condições financeiras e porque não me apaixonei.

Durante muito tempo, meus interesses educacionais foram deixados de lado pelas necessidades financeiras. Eu estive matriculada na Graduação em Pedagogia Empresarial, fiz algumas disciplinas, mas me deparava com colegas professores falando sobre suas rotinas em sala de aula, me deixando intrigada, pois não vivenciava esta realidade. Permaneci sempre trabalhando em serviços e comércio local e entendi que o mais adequado seria fazer uma graduação em Administração de Empresas por opções de disciplinas que me levariam a outras possíveis descobertas de carreiras.

Enquanto cursava Administração de Empresas, eu tive a ideia de ter uma empresa, o que me empolgou muito, mas também me trouxe muitas preocupações porque ser empreendedor não é fácil e promissor como podem pensar algumas pessoas, pois requer muitas horas de dedicação. Eu me mantive na área de comércio e serviços durante dezesseis anos, sempre tendo interesse em ter uma formação acadêmica, apaixonada pelos estudos. Sempre tive gosto em aprender a falar inglês e espanhol, sendo a segunda à minha grande paixão. Prestei vestibular para o Curso de Letras em Espanhol pela Universidade de Pelotas conseguindo ingresso e, ao mesmo tempo em que fazia as duas graduações, surgiu a oportunidade de mudança de ramo de trabalho. Fui selecionada para trabalhar na indústria de aços especiais. Ao fazer esta escolha, encerrei minhas atividades de empresária.

Ao ingressar na indústria, me dediquei como nunca, fui recebendo promoções e multitarefas, me capacitando e almejando ao crescimento profissional desejável. Nesse período, eu trabalhava na responsabilidade social e estava muito voltada a projetos da área da educação, pude atuar como orientadora em um projeto dentro da empresa, durante seis anos, no turno da tarde, com jovens, o que me chamava muito a atenção e tinha muito prazer em querer estar ali e fazer essas tarefas, mas a realidade foi mudando, os investimentos sociais reduzindo e essa função deixou de existir e tive que assumir outras funções administrativas que me deixaram desmotivada. O trabalho era exaustivo, fui assumindo muitas atividades e quando percebi estava na condição de “exército de reserva”. Quando não estava mais interessante para a empresa, recebi minha demissão.

Quando demitida, já estava formada nas duas graduações e realizando especializações na área da educação, com a certeza de que este era o meu caminho. Logo, fui admitida no sistema S, no Senac, em outro Município, onde pude realizar atividades de orientadora profissional e atuar com jovens, o qual me encantou muito e me impulsionou a buscar mais e mais formações na área educacional, iniciei mais uma graduação em Pedagogia para desenvolvimento dos processos, métodos e técnicas para a formação dos indivíduos, mas com o olhar impulsionado para o mercado de trabalho, sendo a finalidade do sistema. Embora feliz com minha atuação, o cansaço e a rotina começaram a apresentar necessidades de mudanças e o fator que contribuiu muito foi a situação de saúde em família.

No ano de 2020, segui com meus estudos, conclui em 2023 minha graduação em Pedagogia. Retornei para a minha cidade, com o desejo de atuar na área da educação, mas, como não obtive esta oportunidade, me inscrevi para conselheira tutelar com intuito de retorno profissional à minha cidade e de manter-me trabalhando, o que deu certo e me mantive nesta atuação até agosto de 2024. Sempre tive interesse em concluir um mestrado e atuar na educação profissional. De fato, tem sido um resgate da minha trajetória educacional e profissional, uma inspiração, uma referência em mudança de paradigma educacional necessário, um grande aprendizado e espero concluí-lo com muito significado.

Minhas formações em administração de empresas, letras e a pedagogia, referente à EPT, me darão alguma base metodológica e processual ao longo do desenvolvimento do mestrado.

Na atual função que exercia, de conselheira tutelar, percebia muitas lacunas, falhas nos sistemas intersetoriais, uma grande invisibilidade em alguns setores. Meu interesse inicialmente seria com o público de adolescentes na educação profissional, pois me identifico bem com jovens; posteriormente, por residir em Charqueadas, verifiquei a possibilidade de atuação no sistema prisional e comecei a me interrogar sobre as demandas de educação existentes nestes estabelecimentos, como se dá a integração destes adultos à EPT, a importância da interface entre os NEEJAS e a sociedade civil, compreender as diferentes formações continuadas e como acontecem os convênios, acordos e contratos de cooperação. Gostaria de ampliar essa pesquisa para uma formação humanística, tornando este trabalho humano não só uma produção de mercadorias, mas uma interação entre a teoria e a prática, eficiente e libertador.

1.2 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A presente pesquisa foi realizada no Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos Julieta Villamil Balestro na cidade de Charqueadas, no sistema prisional e busca compreender os respectivos objetivos, sendo o principal: conhecer a organização e resgatar as memórias da Educação Profissional e Tecnológica do Neeja Julieta Villamil Balestro. E tendo como os objetivos específicos: - descrever como são organizados e planejados os espaços pedagógicos do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos Julieta Villamil Balestro;- Resgatar a história e memória do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos Julieta Villamil Balestro e identificar as contribuições deste com a Educação Profissional e Tecnológica;- compreender como se estrutura o currículo integrado do Proeja à Educação Profissional Tecnológica;- contribuir com um produto educacional que resgate a memória, a história e organização do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos Julieta Villamil Balestro.

Assim, esta dissertação está organizada em sete capítulos, que buscam discutir o tema a partir dos objetivos propostos. O primeiro capítulo apresenta o percurso metodológico e os sujeitos da pesquisa, abordando como ela foi realizada, como os dados foram coletados e analisados. No capítulo será apresentada a análise de dados coletados na forma organizada e sistemática, utilizando recursos visuais como quadros, para auxiliar na compreensão do material. Essa análise é realizada de forma crítica e reflexiva, relacionando-a com a bibliografia levantada na pesquisa.

O segundo capítulo apresenta a relação com o tema e as bases conceituais da EPT, destaca a relação do trabalho, educação e suas implicações na Educação de Jovens e adultos e a relação com o tema e as bases conceituais da EPT. No terceiro capítulo é mencionada a Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional tecnológica, apresentando o marco da legislação da escolarização da EJA. O currículo não é o objetivo principal, mas uma premissa a ser destacada. O currículo voltado à educação profissional e tecnológica dá ênfase à formação humana do estudante. “Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do

mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política” (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005, p. 85).

O quarto capítulo retrata a Educação dos Jovens e Adultos nos sistemas prisionais, diretrizes nacionais da oferta de ensino definidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. O quinto capítulo apresenta a história e as memórias do Neeja Julieta Villamil Balestro, destacando a preservação da memória como primordial ao processo de reconhecimento do passado articulando-o com o presente e o futuro.

O sétimo capítulo apresenta a educação organizada e planejada nos espaços pedagógicos do Neeja JVB, como esta se estrutura e se organiza e, o mais importante para a validação da pesquisa, o “produto educacional”.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ESTADO DO CONHECIMENTO

O estado do conhecimento possui caráter bibliográfico e caracteriza-se pela utilização de “metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles sob os quais o fenômeno passa a ser analisado” (Ferreira, 2002, p. 258).

A metodologia nos auxilia na construção de uma perspectiva em relação ao desenvolvimento da pesquisa, considerando o tempo limitado e a visão de como e onde as pesquisas estão sendo desenvolvidas. Isso permite um conhecimento das abordagens utilizadas em cada área ou temática.

A pesquisa definida aqui no estado do conhecimento tem como objetivo mapear produções científicas relacionadas ao tema do projeto. As plataformas analisadas foram o observatório do “ProfEPT”², no qual a nomenclatura “organizações e memórias” não é encontrada. Foi necessária a busca em “organizações, em que se encontra a organização no sentido de organização de métodos, sendo um conceito de alcance de metas. Utilizando a nomenclatura “memórias e narrativas”, bastante coloquial, tem-se a exposição de fatos, uma narração, um conto ou uma história, e a plataforma “Google Acadêmico” foi escolhida por conter inúmeras publicações sobre a temática “Organização e Memórias” e por abrir oportunidades de adentrar a Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional, que é a base nacional curricular a ser analisada, e o ambiente muito peculiar, e ainda, a memória e identidade de uma organização que se identifica com a minha pesquisa, em que se busca compreender como é a contribuição deste espaço educacional para os sujeitos privados de liberdade.

- Repositório: Google Acadêmico

Palavras-chave: Organização e Memórias na Eja Prisional

² O ProfEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, tem o objetivo de “proporcionar formação em educação profissional e tecnológica, visando tanto à produção de conhecimento como ao desenvolvimento de produtos, por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado” (Objetivos do ProfEPT, 2017).

Localização: 807 resultados

Filtro: Recorte dos últimos 05 anos (2019 a 2023)

Nível acadêmico: dissertações e teses

Área de conhecimento: Educação de jovens e adultos

Período de consulta: 16/10/2023 a 01/07/2024

Quadro 1 — Repositório Google Acadêmico

Qtde	Título	Pesquisador	Produção	Ano	Instituição
1	A Eja nos espaços de privação e restrição de liberdade: as apropriações das diretrizes da Unesco no direcionamento do trabalho de professores(as)	P. Cabral	Tese	2019	UFSC
1	Memória organizacional no espaço escolar de sistema prisional	M. H. Kawamoto	Dissertação	2020	UNICESUMAR
1	Historicidade e práticas educativas da educação prisional no Brasil	S. F. Oliveira	Dissertação	2021	PUC GOIÁS
1	Memórias e narrativas de sujeitos do Proeja do Instituto Federal Goiano - Campus Iporá	A. R. da S. Junqueira	Dissertação	2021	IFGO
1	Memórias e trajetórias de professores do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos na Penitenciária Estadual do Jacuí	J. S. Novo	Dissertação	2021	UNILASALLE

Fonte: elaborado pela autora.

Contar a história e preservar a memória de uma instituição é essencial, compreendendo a memória como um elemento primordial ao processo de reconhecimento do passado e sua articulação com o presente e o futuro. Desta forma, a pesquisa consiste em contar a história do NEEJA Julieta Balestro e relatar a importância deste núcleo para a formação omnilateral do sujeito privado de liberdade.

A tese “A EJA nos Espaços de Privação e Restrição de Liberdade”, de Cabral (2019) é uma pesquisa exploratória e investigativa e metodologicamente elaborada no tocante à análise documental de textos que vêm sendo produzidos no contexto da reforma neoliberal em curso e traz importantes contribuições sobre esta modalidade nos sistemas prisionais e sua relação com o campo de trabalho dos professores, que também será analisado na presente pesquisa. Não é a prática em si, mas o desenvolvimento dos trabalhos realizados neste espaço e a crítica à modalidade educacional que possa ter sofrido influências do sistema capitalista. A problematização se construiu principalmente pelas interações que ocorriam entre os diversos profissionais inseridos no sistema prisional: agentes penitenciários, psicólogos(as), assistentes sociais, gestores das unidades prisionais, gestores(as) e assistentes administrativos dos CEJA, Centro de Educação de Jovens e Adultos, técnicos(as) educacionais da Secretaria de Estado da Educação, professores(as), dentre outros e, a partir disso, defendam/sustentem posicionamentos congruentes à defesa de direitos fundamentais das pessoas em privação de liberdade. E, em especial, do direito à EJA nesses contextos.

As intenções investigativas iniciais pressupunham pensar a função social da escola e dos(as) professores(as) nas prisões, o que exigiria considerar a “complexidade do trabalho docente e o desenvolvimento de saberes necessários postos ao educador”, destacando-se as condições de sua apropriação na perspectiva do jovem, adulto ou idoso privado de liberdade e as “características das situações específicas em que o ensino acontece – a prisão” (Onofre, 2013, p. 148).

Esta perspectiva de investigação feita por Cabral exigiu um diálogo com autores(as) que permitam um aprofundamento de alguns eixos de análise, dentre eles: a dinâmica social das prisões; o direito à educação (EJA) de sujeitos privados/restritos de liberdade; as políticas públicas educacionais para espaços de privação de liberdade; assim como os processos de formação e o trabalho de professores(as) nesses espaços que se assimilam ao meu projeto de pesquisa.

A dissertação de Márcia Hiroko Kawamoto (2020), cujo título é “Memória Organizacional no Espaço Escolar de Sistema Prisional”, desenvolvida no Centro Universitário de Maringá PPGGCO – Programa de Mestrado em Gestão do Conhecimento nas Organizações, analisa as políticas educacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), focando na memória organizacional deste espaço educacional, sendo esta uma das práticas de Gestão do Conhecimento como ferramenta que permita a reutilização de práticas que determinem agilidade e tomada de decisões. A pesquisa teve caráter exploratório-descritivo e a entrevista foi utilizada como técnica de coleta de dados, os quais foram estudados por meio da análise de conteúdo. As entrevistas foram realizadas junto aos docentes e equipe diretiva de um Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos que atende educandos privados temporariamente de liberdade do município de Maringá (PR). Com este estudo o autor identificou a importância de um repositório de conjunto de boas práticas desenvolvidas no interior de uma instituição prisional e a organização pedagógica do currículo integrado a EPT, correlacionando-se com a pesquisa aqui apresentada.

A pesquisa de Suely Franco de Oliveira (2021), intitulada “Historicidade e Práticas Educativas da Educação Prisional no Brasil”, foi escolhida como referência para analisar o processo de institucionalização e organização do espaço físico, administrativo e pedagógico. O objeto de estudo desta pesquisa, a educação no sistema prisional, é um fato sócio-político-educativo distinto, novo e carente de uma proposta pedagógica específica, pois esta modalidade de ensino, no Brasil, possui como orientações normativas apenas as diretrizes gerais da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Assim, considerando o necessário recorte temático, este estudo teve como objetivo geral investigar a construção da Educação Prisional no Brasil analisando, de uma perspectiva histórica, os limites e as possibilidades dessa modalidade de prática educativa. Os objetivos específicos se propuseram analisar o processo de institucionalização, de organização do espaço físico, administrativo e pedagógico, e também as práticas educativas desenvolvidas nas salas de aula do cárcere. Os dados apresentados nesta pesquisa resultam de um estudo investigativo realizado por meio de pesquisa documental de textos legais como a Constituição Federal (CF), A Lei de Execução Penal (LEP), e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e de fontes bibliográficas relativas ao tema abordado. Para uma abordagem teórica foram consideradas as formulações de Michel Foucault, que tratam da sociedade disciplinar, com vistas ao entendimento dos discursos e práticas

existentes nas instituições educativas contemporâneas, e também de Paulo Freire, que propõe uma educação libertadora para a superação das desigualdades sociais. A conclusão deste estudo nos remete ao entendimento de que a educação nas prisões, assim como em toda modalidade de educação escolar, deve ter por finalidade a formação do sujeito de forma crítica, autônoma e criativa; uma educação cidadã que considere o reeducando em sua totalidade, procurando dar expressão à diversidade e às modalidades ampliadas de formação escolar.

Junqueira (2021), através do resultado de uma investigação realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Campus Ceres, intitulou sua pesquisa em “Memórias e Narrativas de Sujeitos do Proeja do Instituto Federal Goiano - Campus Iporá”, o estudo buscou rememorar e apreender as narrativas de sujeitos do Curso Técnico em Administração e do Curso de Qualificação em Auxiliar de Administração, ambos do Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), destacando as tensões, lutas e conquistas pessoais vislumbradas em seus itinerários formativos, enquanto alunos trabalhadores que acessaram essa formação técnica.

Trata-se de uma investigação de natureza mista, que envolve elementos da pesquisa qualitativa e também aborda aspectos de cunho quantitativo.

A coleta de dados foi realizada de forma exploratória, para a compreensão do contexto geral do curso ofertado no Campus Iporá no período de 2011 a 2019. Para tanto, recorreu-se a referências bibliográficas e documentais que sustentaram a discussão teórica e conceitual: mundo do trabalho, memórias, identidades, história oral, dentre outras. A pesquisa delimitou como público-alvo os sujeitos egressos dessa modalidade de ensino, além de gestores/coordenadores que atuaram em sua implementação e consolidação, tendo estabelecido como objetivo geral identificar a efetividade social, política e institucional dos cursos Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio e Qualificação em Administração Integrado ao Ensino Médio, a partir das memórias e narrativas dos sujeitos do Proeja.

A discussão apoia-se em pesquisadores como Acássia Kuenzer, Dante Henrique Moura, Maria Margarida Machado, Marise Ramos, entre outros, para problematizar questões inerentes à Educação de Jovens e Adultos, seus sujeitos e peculiaridades.

Junqueira (2021) optou por um produto educacional, na forma de uma cartilha, contemplando parte das narrativas reveladas pelos sujeitos participantes da investigação, enfatizando a importância da defesa, implementação e consolidação das políticas que vislumbram a educação de jovens e adultos.

Novo (2021), em sua dissertação “Memórias e trajetórias de professores do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos na Penitenciária Estadual do Jacuí”, utilizou-se do percurso metodológico, envolvendo três etapas: investigação documental, entrevistas temáticas e análise dos dados obtidos, que resultaram em um documento sistematizado, contendo relatos e imagens que registram memórias de professores que estiveram à frente da educação prisional na PEJ.

Nesse contexto, a educação prisional possui um papel importante na retomada do convívio em sociedade desses indivíduos, melhorando sua perspectiva para o futuro e possibilitando romper um ciclo de exclusão e reincidência ao crime. É desse modo que a figura do professor emerge nesses espaços, dando origem ao problema de pesquisa: como dar visibilidade aos professores que atuam no contexto do ensino dentro do sistema prisional no Rio Grande do Sul? Deste problema, tendo como recorte espacial a Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ), foi estabelecido como objetivo geral registrar trajetórias profissionais de professores que atuam em escolas dentro do sistema prisional, mais especificamente, que em algum momento tenham trabalhado com educação prisional na PEJ, incluindo o Núcleo Estadual Educação de Jovens e Adultos (NEEJA) Sueli Rodrigues da Silva. A presente pesquisa visa, também, debater a educação nos espaços prisionais, à luz da Memória Social, fundamentada em autores como Maurice Halbwachs, Michael Pollak, Joel Candau e Icléia Thiesen.

Embora voltado às memórias, trajetórias e práticas de professores que atuaram na educação prisional, trazem algumas peculiaridades semelhantes à minha pesquisa, por tratar-se de um núcleo educacional que atende outra instituição penal em Charqueadas, outro Núcleo Estadual de Educação.

Como produto técnico, Novo (2021) elaborou uma agenda personalizada, contendo o resumo dos principais achados da pesquisa, com o objetivo de dar visibilidade à história de professores que atuam ou atuaram nesses espaços e oportunizar aos interessados na temática explorar um pouco mais sobre esse ambiente tão importante e peculiar e a realidade vivida pelos educadores prisionais.

Tanto a tese quanto as dissertações selecionadas para análise propõem debates que perpassam o papel da EJA no sistema prisional diante da pretensão para a ressocialização e o direito à educação, assim como as atribuições conferidas aos professores diante das condições de trabalho docente. Tendo em vista esses eixos de discussão, buscamos identificar nos estudos as concepções e temáticas predominantes em relação à EJA, à memória em espaços de privação e restrição de liberdade, ao trabalho dos professores nesta modalidade e à educação escolar, visando à formação de sujeitos de forma libertadora, crítica, autônoma e criativa, considerando os sujeitos em sua totalidade.

O referencial teórico da investigação adota as abordagens de Onofre (2013), Ventura (2007), Brasil (2007a), Haddad e Di Pierro (2015), Gohn (2006), Freire, Gadotti e Guimarães (1986), Gadotti (2005), entre outros.

- Repositório: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
- Palavra-chave: A educação de jovens e adultos integrada a EPT
- Localização: 19 resultados
- Filtro: Recorte dos últimos 05 anos (2019 a 2023)
- Nível Acadêmico: Dissertações
- Área de conhecimento: Educação
- Período de consulta: 16/10/2023

Quadro 2 — Plataforma Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

Qtde	Título	Pesquisador	Produção	Ano	Instituição
1	Educação de jovens e adultos integrada à educação profissional e tecnológica: movimentos e dialeticidade do trabalho pedagógico	M. J. Andrighetto	Dissertação	2019	UFSM
1	Educação Profissional técnica de nível médio na modalidade de educação de jovens e adultos: uma reflexão	T. B. de S. Duarte	Dissertação	2019	IFAM

	sobre a prática pedagógica docente				
1	Prática Curricular docente no Proeja/Fic: contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica para a formação omnilateral	G. K. O. Cavalcanti	Dissertação	2022	IFPE
1	Política de Eja-Ept (Proeja Fic): historicidade, sujeitos e transformações	R. Cargnin	Dissertação	2023	UFSM

Fonte: elaborado pela autora.

O repositório da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações atendeu aos critérios que contribuem para a presente pesquisa, com o filtro “A Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e tecnológica”. Embora tal filtro utilizado apresente estudos científicos como: a educação inclusiva, tecnológica e profissional, muitos dos artigos são da linha de pesquisa 01, das práticas pedagógicas e formação de docentes. Dentre as escolhas, sobressaem as intencionalidades da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na modalidade de Educação Profissional Tecnológica, oferecendo uma visão detalhada das questões fundamentais relacionadas às políticas públicas, ao planejamento pedagógico e à participação social dos sujeitos, e às transformações relevantes neste contexto educacional. Dessa forma, levam a reflexões que podem ocasionar melhorias significativas nesta modalidade educativa. Serão abordados os marcos históricos que se mostram propensos à superação das desigualdades sociais da EJA em um âmbito educacional desafiante, com os sujeitos privados de liberdade.

Andrighetto (2019), em sua pesquisa “A Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e tecnológica: movimentos e dialeticidade do trabalho pedagógico” possui o estudo, de caráter qualitativo, que surge das inquietações e observações do pesquisador, que é Técnico Administrativo em Educação (TAE), teve como orientação teórico-metodológica o Materialismo Histórico e Dialético (MHD) com base em Marx. Os sujeitos da pesquisa foram os estudantes do primeiro e terceiro anos da EJA EPT, e os professores ligados diretamente com a modalidade. Os instrumentos utilizados para produção dos dados foram análise

documental, questionário online semiestruturado, com perguntas abertas e fechadas, diário de campo, grupo focal e grupo de interlocução.

Andrighetto destaca um breve resgate histórico das políticas públicas para Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, a partir do século XIX até os dias atuais, e os fundamentos e planejamentos que abordam a categoria trabalho pedagógico a partir do trabalho como princípio educativo relevante para a minha pesquisa. O trabalho como princípio educativo, a politecnia³ e a omnilateralidade são conceitos que pretendem apresentar aspectos de uma educação voltada para a formação integral do ser humano, através de uma articulação da ciência, trabalho e cultura.

Os resultados apontam para a necessidade de readequação curricular e de um projeto pedagógico coerente com as realidades e especificidades da EJA, assim como para a ampliação da participação da classe trabalhadora nas decisões e na política da EJA/EPT.

A dissertação de Tayna Bento de Souza Duarte, intitulada “Educação Profissional Técnica de Nível Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA)”, desenvolvida por meio do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), que objetiva a ampliação da escolaridade com profissionalização, é o perfil a ser analisado na minha pesquisa.

Por meio da abordagem qualitativa e do método da pesquisa-ação, a pesquisa apresenta uma formação continuada por meio da Metodologia da Problemática com o Arco de Maguerez sobre os objetivos, as concepções e os princípios que fundamentam a oferta da EPTNM na modalidade de Educação de Jovens e EJA no PROEJA. As etapas propostas por essa metodologia foram desenvolvidas no sentido de provocar uma prática reflexiva no professor intencionando processos de mudanças. O estudo constatou que as reflexões decorrentes do processo formativo reorientaram a prática pedagógica docente desenvolvida na EPTNM na modalidade de EJA, desenvolvendo novas perspectivas para o trabalho docente por meio da

³ A noção de politecnia diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. Diz respeito aos fundamentos das diferentes modalidades de trabalho. Politecnia, nesse sentido, se baseia em determinados princípios, determinados fundamentos e a formação politécnica deve garantir o domínio desses princípios, desses fundamentos (Saviani, 1989, p. 17).

compreensão dos direitos dos alunos jovens e adultos, afirmado por meio da educação a eles ofertada.

O produto educacional desenvolvido durante a pesquisa é a proposta de formação continuada e objetiva contribuir com a prática pedagógica docente na EPTNM na modalidade de EJA por meio da reflexão e do diálogo com os diferentes saberes e especificidades da oferta, intencionando um novo sentido para a prática pedagógica.

Cavalcanti (2022), em sua pesquisa “Prática Curricular Docente no Proeja/Fic: contribuições da pedagogia histórico-crítica para a formação omnilateral”, apresenta uma pesquisa referente à prática curricular, que não é o foco da minha pesquisa, pontua alguns marcos históricos da Educação de Jovens e Adultos até sua integração com a Educação Profissional Tecnológica de Nível Médio por meio do PROEJA, evidenciando sua constante luta para se consolidar enquanto Política Pública de Estado, comprometida com a formação humana integral da classe trabalhadora, sendo um dos mais relevantes para minha pesquisa.

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, cujos procedimentos adotados para a construção dos dados foi o levantamento bibliográfico, a aplicação de questionário misto e a realização de entrevistas semiestruturadas com docentes atuantes nesses cursos. Os dados produzidos a partir das entrevistas foram organizados e tratados com base na técnica de análise de conteúdo temática proposta por Bardin (2016), analisados em diálogo com estudiosos do campo histórico-crítico. Os achados revelaram que a maioria dos docentes desconheciam que o PROEJA articula Educação Profissional e Educação Básica, sendo a integração concebida enquanto elemento de inclusão escolar na perspectiva assistencialista.

O produto educacional aplicado é uma cartilha que foi socializada e avaliada pelos participantes da pesquisa, pela coordenadora dos cursos e por professores com experiência na educação de jovens e adultos como um instrumento que contribui para a orientação de uma prática curricular docente cuja perspectiva seja a formação omnilateral.

A dissertação de Rosimara Cargnin (2023) é intitulada “Política de Eja-Ept (Proeja FIC): historicidade, sujeitos e transformações. A proposta surge da constatação de que a Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT) teve um grande avanço em termos de oferta e fomento com a criação do PROEJA (2005/2006) e dos Institutos Federais (2008), e a

expansão da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica e, para além dessas, em 2009, a EJA-EPT, realizada no Ensino Fundamental, integrada com a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), passa a ser incentivada e promovida. No decurso desse período, novos programas dessa modalidade de ensino foram implementados pelo Ministério da Educação, todavia ocorreu a descontinuidade em termos de fortalecimento e investimento dessa política educacional. Resistente a esse movimento contraditório de incentivo e silenciamento que perpassa a constituição histórica da EJA-EPT, observou-se destacadamente a oferta dessa política educacional na cooperação técnica firmada entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar), campus Júlio de Castilhos (JC), e a Rede Municipal de Ensino do município de Tupanciretã (RMET), que mantém há 13 anos a EJA-EPT (PROEJA FIC).

Esta dissertação tem como objetivos específicos contextualizar as políticas de EJA-EPT no Brasil; conhecer a historicidade da EJA-EPT (PROEJA FIC) no IFFar-JC e identificar as transformações vivenciadas através da política pelos estudantes nos aspectos pessoais, educacionais e profissionais. A metodologia utilizada abrange as pesquisas documental, bibliográfica e empírica e apresenta-se pela abordagem qualitativa. Dessa forma, configura-se como uma pesquisa exploratória e descritiva, cujos instrumentos de produção de dados perpassam a aplicação de questionário aos estudantes, entrevistas com gestores, diário de campo e grupo de interlocução. A análise dos dados produzidos ocorreu por meio da análise de conteúdo, com as seguintes categorias a priori: transformações; política; sujeitos e experiências e desafios.

2.2 RELAÇÃO COM O TEMA E AS BASES CONCEITUAIS DA EPT

2.2.1 A relação trabalho e educação e suas implicações na Educação de Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que possui um marco inicial na história do Brasil no período colonial, quando religiosos exerciam sua ação educativa missionária em grande parte com os adultos, além de aplicar práticas e normas de comportamento e ensinamentos dos ofícios necessários ao funcionamento da economia colonial aos indígenas e, posteriormente, aos

escravizados negros. Em 1759, com a desorganização dos sistemas de ensino produzidos pela expulsão dos jesuítas do Brasil, somente no Império buscaram-se informações sobre ações educativas no campo de educação de adultos.

No século XX inicia-se uma movimentação dos educadores e a sociedade para melhoria da educação, exigindo do Estado a responsabilidade pela Educação Básica. O censo de 1920, realizado após o estabelecimento da República no país, indicava que a população, em sua maioria, permanecia analfabeta, e a preocupação com a educação de jovens e adultos praticamente não se distinguia como fonte de um pensamento pedagógico ou de políticas educacionais específicas.

A revolução de 1930, também conhecida como Era Vargas, é um marco na reformulação do papel do Estado no Brasil, pois agora era a Nação como um todo que estava sendo reafirmada. A inclinação ao fortalecimento e à mudança de papel do Estado Central manifesta-se de maneira inequívoca com o surgimento da Constituição de 1934, configurando-se em uma nova concepção que, superando a ideia de um Estado de Direito, entendido apenas como o Estado destinado à salvaguarda das garantias individuais e dos direitos subjetivos, para pensar-se no Estado aberto para a problemática econômica, de um lado, e para a problemática educacional e cultural, de outro (Ferraz *et al.*, 1984).

A Constituição propôs um novo Plano Nacional de Educação, coordenado e fiscalizado pelo Governo Federal, determinando as esferas de competência da União, dos estados e municípios; reafirmou o direito de todos e o dever do Estado para com a educação; estabeleceu uma série de medidas que vieram confirmar este movimento de entregar e cobrar do setor público a responsabilidade pela manutenção e pelo desenvolvimento da educação.

Em meados de 50, começa a discussão da Lei de Diretrizes Básicas que é promulgada no ano de 1961. No período 1964, no golpe militar, houve opressão do governo e os movimentos foram silenciados.

A Educação esteve constantemente em um processo de permanente metamorfose, sempre visando à sobrevivência diante dos claros fracassos nos objetivos iniciais de superar o analfabetismo vigente no Brasil. Embora as respostas adivinham do Mobral Movimento Brasileiro de Alfabetização, criado em 1967, um dos maiores programas de extensão apoiado pelo Estado era voltado para os aspectos pedagógicos e passou a configurar-se como um programa que atendesse aos

objetivos de dar uma resposta aos marginalizados do sistema escolar e por outro lado atendesse aos objetivos políticos dos militares.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de número 5.692 é de 11 de agosto de 1971. Foi no capítulo IV dessa LDB que o Ensino Supletivo foi regulamentado, com a criação do Ensino Supletivo, advindo como um subsistema integrado, voltado para o esforço do desenvolvimento nacional, seja “integrando pela alfabetização a mão de obra marginalizada”, seja formando a força de trabalho e a ideia de que o Ensino Supletivo deveria ter uma doutrina e uma metodologia apropriadas aos “grandes números característicos desta linha de escolarização” (Haddad; Di Pierro, 2000, p. 10). Segundo o Parecer 699, era necessária, também, a ampliação da oferta de formação profissional para “uma clientela já engajada na força de trabalho ou a ela destinada a curto prazo”. Por fim, foram agregados cursos fundados na concepção de educação permanente, buscando responder aos objetivos de uma “escolarização menos formal e ‘mais aberta’”, conforme Haddad (1991).

Os compromissos com a educação objetivavam a formação de uma infraestrutura adequada de recursos humanos, apropriada às nossas necessidades socioeconômicas, políticas e culturais. Da mesma forma que ocorreu na revolução industrial no final do século XVIII, e pela segunda revolução industrial, que aconteceu no final do século XIX, contribuindo com o esforço de tornar o trabalho humano uma peça desta grande engrenagem que é o capital, é que a educação se entrelaça ao sistema capitalista, não por estar de acordo com esta organização econômica, mas sim por determinação direta que o próprio sistema cria como condição do funcionamento do mercado de trabalho, momento em que a educação torna-se uma mercadoria, intensificando programas dos sistemas S (Senai, Senac, Senat, tec.)⁴.

Desta forma a expectativa em torno da teoria do capital humano, que acreditava em uma igualdade social, no desenvolvimento dos países do terceiro mundo e na garantia de melhores empregos, acaba por não se efetivar. A precarização do trabalho e do emprego, o desenvolvimento econômico marcado por uma relação de força e poder é o que observamos ter acontecido e destacado com ainda mais força neste

⁴ Sistema S é composto por empresas de natureza privada, chamadas de paraestatais, que prestam serviços de interesse público voltados para o desenvolvimento social de forma ampla. Elas fazem parte do terceiro setor e seu financiamento acontece por meio do recebimento de contribuições compulsórias de empresas.

século, perpetuando até os dias atuais, nas relações que se estabelecem com o sistema econômico vigente e o trabalhador.

2.2.2 A Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional tecnológica

A Educação Profissional sempre teve suas marcas originais, a que vincula muito fortemente à dinâmica do mercado de trabalho e a aponta como meio de preparar as pessoas para esse mercado e a que situa como a educação destinada à classe trabalhadora e aos filhos da classe trabalhadora.

Na década de 1940, no auge do processo de industrialização no Brasil, combinado com uma ideologia desenvolvimentista, na qual se acreditava que o Brasil alcançaria patamares de desenvolvimento econômico iguais aos dos países avançados, esse processo gerou a necessidade de trabalhadores com algum nível de formação e, neste contexto, a formação técnica de nível médio foi considerada estratégica por causa das características da produção naquele momento. Havia um operariado com profissionais de nível superior e precisava de um setor de nível médio para fazer a supervisão, manutenção e a mediação hierárquica da produção. Esse foi o auge da educação profissional e especialmente das escolas técnicas federais, sustentando a chamada teoria do capital humano, considerando o investimento em educação por parte do Estado como fonte de desenvolvimento.

Em 1971, foi aprovada a Lei 5.692, que tornou compulsória a profissionalização no ensino médio. Neste período, há a presença forte do Estado, associada ao capital monopolista. A Educação Profissional Técnica é integrada ao nível de ensino hoje correspondente ao ensino médio, que na época era o segundo grau, sendo sustentada por uma ideologia de possibilidade de garantia de emprego através da educação profissional, financiada pelo Estado e voltada para a classe trabalhadora como forte marca dual: a educação geral, formação em artes e ciência, não diretamente instrumentalizada para as demandas do mercado e, para as outras classes era vista como o caminho para aqueles que não iam para o nível superior terem condições de trabalhar, terem renda, constituírem famílias e garantirem sua inserção na vida produtiva.

A Lei 7.044, de 1982, extinguiu a profissionalização obrigatória, perseverando a equivalência entre o ensino médio propedêutico e o ensino técnico. Houve uma

valorização das escolas técnicas federais, que formavam trabalhadores com mais qualificação.

A desvinculação da educação profissional do ensino médio, nos anos de 1990, aparece baseada na ideologia de que o gasto com a educação integrada seria desnecessário, já que os que tinham condições de cursar o ensino médio depois iriam para o nível superior, sendo uma alternativa de poder privatizar a educação profissional, abri-la à iniciativa privada, pois o ensino médio, mesmo sendo livre à iniciativa privada, era definido como de responsabilidade do Estado. Marise Ramos (2008) explica que para este tipo de demanda (formar trabalhadores de maneira rápida para atender as necessidades imediatas), a iniciativa privada estaria mais “apta”. o Estado assume uma função de subsidiar os planos de educação profissional, que se aprofundavam nos anos de 1990.

O Decreto 2.208, de 1997, determinou a separação entre o ensino médio e a educação profissional, a possibilidade de matrículas concomitantes em educação profissional e ensino médio. O Programa Escolas de Fábrica, lançado em 2004, veio a partir das mudanças na política econômica, marcadas pela retomada de investimento no setor produtivo, voltadas claramente ao modelo de desenvolvimento que se desenhava. Dessa forma, iniciou-se um processo de mudanças orientado para a valorização da educação profissional.

Em 2017, a Lei 13.415 alterou a Lei de Diretrizes Básicas e estabeleceu a mudança na estrutura do ensino médio, sendo ele integrado à profissionalização. Sua homologação foi em 2018 no Conselho Nacional de Educação. A Educação Profissional sempre foi diretamente influenciada pelas características e necessidades impostas pelos modelos de desenvolvimento adotados em nosso país, sempre direcionada ao que o mercado de trabalho exigia.

O ensino médio integrado à educação profissional nem sempre é defendido a partir de uma perspectiva da educação integral. O que se chama de integração é, na verdade, uma proposta de simultaneidade curricular. A visão de currículo integrado não aponta a integração apenas na forma, mas também no conteúdo, que se pauta pela pedagogia de competências, muito permeada pela ideia de empregabilidade e de reprodução e valorização do capital.

Há discussões de estudantes, das entidades do setor da educação, bem como profissionais da categoria profissional referente à revogação do Novo Ensino Médio, bem como opiniões contrárias à sua implantação. Defensores da proposta reafirmam

que a mudança educacional do Ensino Médio Integrado nasceu na base, na rede, foi um consenso no Brasil, que todo o Conselho Estadual de Educação foi mobilizado para que esta reforma ocorresse e estão em cumprimento à Lei 13.415/2017, de acordo com o que ela estabelece e em um movimento desafiante e ainda sofrido perante efeitos da pandemia.

De fato, sabemos da necessidade de reformas, discussões mais intensas, propostas que vão ao encontro das necessidades esperadas pelos estudantes que também almejam praticar o Exame Nacional do Ensino Médio, sendo a ferramenta de avaliação do desempenho escolar dos estudantes ao término da educação básica. A taxa de inscrição ao Enem caiu após a reformulação do ensino médio, bem como o índice de desenvolvimento da Educação Básica, ficando abaixo do esperado nas metas propostas no Plano Nacional de Educação, sendo o fator preocupante e contestador, porque aponta para o fator negativo estabelecido na implantação do novo modelo.

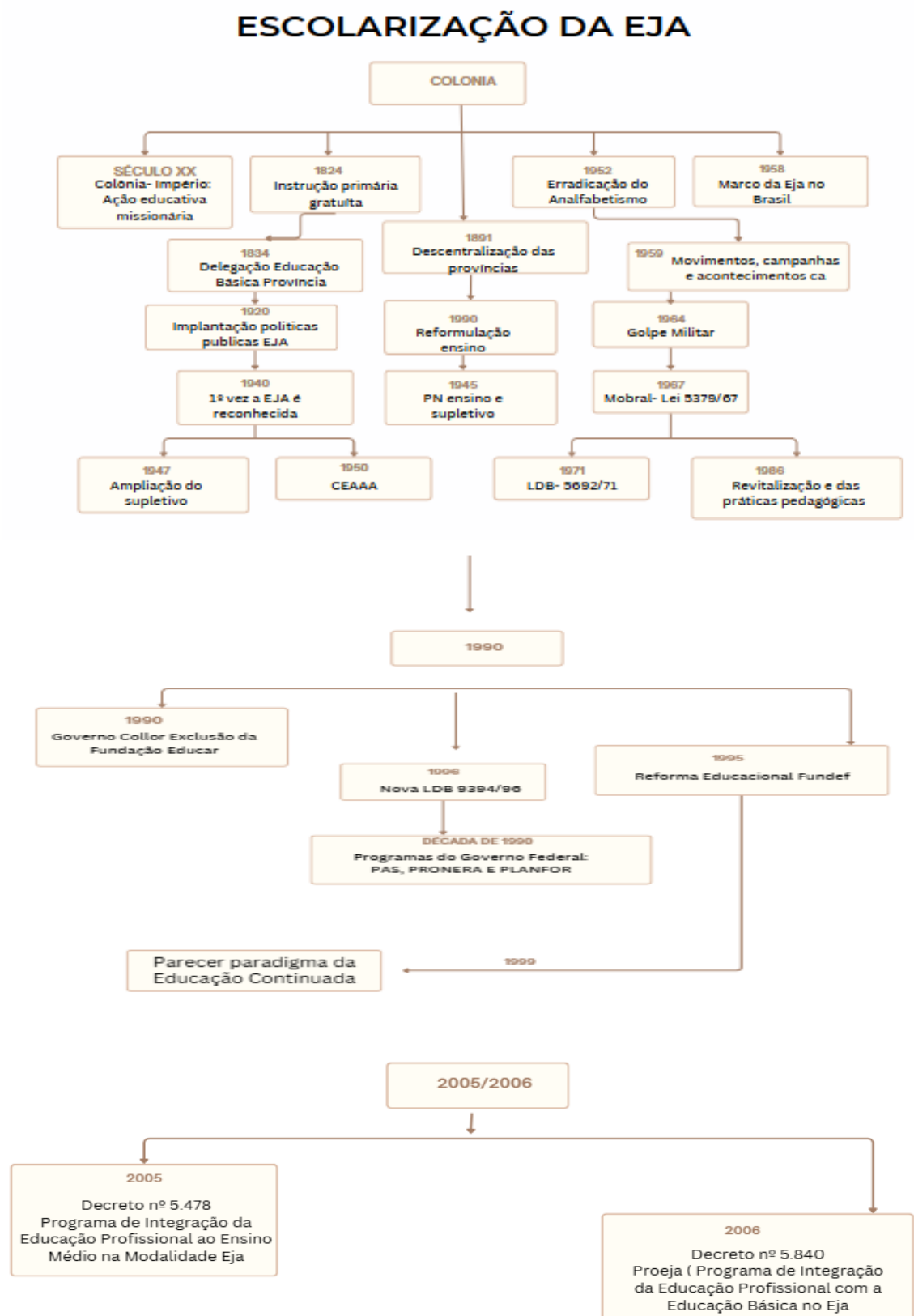
A perspectiva do ensino médio integrado com a profissionalização espera que ele esteja voltado para a questão das humanidades, para a cultura, a arte, o pensamento crítico e a implantação do ser no mundo, na busca à adequação e conformação desse ser no mundo como ele é, na ideia do trabalho como princípio educativo, alinhando teoria e prática, na proposta de Gramsci (2010), metaforicamente falando, quando o trabalho se torna algo eficiente, doce, atendendo a perspectiva. Espera-se reconquistar a possibilidade de integração ao ensino médio quando defendida no sentido de torná-la pública, de qualidade, relacionando trabalho, ciência e cultura.

O Governo Federal, através do Ministério de educação e cultura, criou uma instituição inovadora em termos de proposta político pedagógica: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Esses criam um novo conceito de educação profissional tecnológica, fundamentam-se na verticalização do ensino, constituem um espaço fundamental na construção dos caminhos que devem ir além da compreensão da educação profissional e tecnológica como mera instrumentalizadora de pessoas para o trabalho determinado por um mercado, passam a fazer parte indissociável da educação nacional.

No mapa mental abaixo podemos compreender como ocorreu a escolarização de jovens e adultos no Brasil, privilegiando a educação básica realizada por meios presenciais. Isso nos remete a uma visão panorâmica do tema ao longo dos cinco

séculos da história posteriores à chegada dos portugueses às terras brasileiras, e o percurso na segunda metade do século XX, demonstrando o pensamento pedagógico e as políticas públicas de educação de jovens e adultos, nos fazendo pensar no desenvolvimento educacional da educação básica no futuro.

Figura 1 — Mapa Mental da Escolarização da EJA



Fonte: elaborada pela autora (2025).

2.2.3 A Educação de Jovens e Adultos nos sistemas prisionais

A Educação é direito de todos os sujeitos e está prevista na Constituição Federal e deve ser assegurada pela sociedade e pelo Estado. O sistema prisional garante a educação, através do Plano Nacional de Educação, embasado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96. O Parecer das Diretrizes Nacionais para a oferta de Educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais foi publicado no D.O.U de 07/05/10 e aprovado em 09/03/10.

Conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996):

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida (Brasil, 1996, p. 89).

A Educação de Jovens e Adultos é destinada àqueles que querem concluir o ensino fundamental, tendo como pré-requisito ter, no mínimo, 15 anos. A Educação de Jovens e Adultos Ensino Médio é destinado àqueles que querem concluir o ensino médio. Para inscrição é necessário já ter concluído o ensino fundamental. O pré-requisito é ter, no mínimo, 18 anos. Para realizar sua inscrição é necessário preencher uma ficha. Nela, o interessado optará por escolas de sua preferência disponíveis nos sistemas educacionais. Após esse momento, os candidatos receberão e-mail com o nome da escola para a qual foram designados e precisarão confirmar a matrícula de forma presencial.

De acordo com a resolução nº: 3, de 06 e março de 2009, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCC), que dispõe sobre as diretrizes nacionais para oferta de educação nos estabelecimentos penais, garante para si a normatização do que se refere aos aspectos educacionais dentro dos estabelecimentos penais. As diretrizes desta resolução cuidam da ordem da política da educação para o sistema penitenciário e as atribuições do órgão normativo da educação nacional e da competência de normatização de tudo que se refere aos aspectos educacionais nos estabelecimentos prisionais.

No estado do Rio Grande do Sul, a oferta da educação formal para as pessoas presas e egressas é estabelecida por meio da Resolução CEEEd nº 343/2018, relativa

à oferta da modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA no Sistema Estadual de Ensino. Mesmo que a população egressa não esteja especificamente mencionada na resolução, ela está contemplada como população adulta, em consonância com a Lei Estadual nº 14.705/2015 que institui o Plano Estadual de Educação. Existem esforços para a ampliação da oferta de atividades educacionais (formais e não formais)⁵ e, para esse fim, há articulações em diversos níveis para se instituir o Plano Estadual de Educação às pessoas presas e egressas, abarcando o quadriênio 2021-2024.

Dentre o que estabelecem as ofertas de educação às pessoas privadas de liberdade no Plano Nacional de Educação, está o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos. O PROEJA, originário do Decreto nº 5.478/2005, expôs a decisão governamental de atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, da qual, em geral, são excluídos, bem como, em muitas situações, do próprio ensino médio.

O PROEJA foi criado inicialmente pelo Decreto nº. 5.478, de 24/06/2005 e denominado como Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos. Sua criação foi uma decisão governamental de atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, da qual em geral são excluídos, bem como, em muitas situações, do próprio ensino médio. O programa teve inicialmente como base de ação a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Programa [...], c2018).

O programa teve, inicialmente, como base de ação a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Anteriormente ao Decreto, algumas instituições da Rede já desenvolviam experiências de educação profissional com jovens e adultos, de modo que, juntamente com outros profissionais, a própria Rede, instituições parceiras, gestores educacionais e estudiosos dos temas abrangidos pelo Decreto passaram a questionar o programa. Eles propunham sua ampliação em termos de abrangência e aprofundamento em seus princípios epistemológicos, buscando a universalização da educação básica, aliada à formação para o mundo do trabalho,

⁵ A Educação Formal é regida por uma legislação específica através do sistema do ensino federal, estadual e municipal. É organizada pela equipe diretiva e comunidade escolar, seus conteúdos de aprendizagem são organizados de forma sistematizada, componentes curriculares com caráter metódico e intencional, regida pela constituição federal, leis de diretrizes e bases, plano nacional de educação, parâmetros curriculares, dentre outros. A educação não formal é tratada como educação não escolar, que ocorre fora da escola, visando atender as necessidades dos sujeitos, através de um trabalho coletivo, valorizando as potencialidades e suas culturas, com intencionalidade na prática pedagógica.

com acolhimento específico a jovens e adultos com trajetórias escolares descontínuas.

Pensar a perenidade dessa política pressupõe assumir a condição humanizadora da educação, que por isso mesmo não se restringe a “tempos próprios” e “faixas etárias”, mas se faz ao longo da vida, nos termos da Declaração de Hamburgo de 1997 (*apud* Ireland; Machado; Paiva, 2004). Nesse sentido, o que realmente se pretende é a formação humana, no seu sentido lato, com acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos historicamente pela humanidade, integrada a uma formação profissional que permita compreender o mundo, compreender-se no mundo e nele atuar na busca de melhoria das próprias condições de vida e da construção de uma sociedade socialmente justa.

As políticas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) têm experimentado uma série de programas significativos para superar o analfabetismo e levar a escolaridade no Brasil. Iniciativas como o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), que oferece bolsas para educadores e educadoras populares e organiza turmas em espaços comunitários, e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), que atende jovens em áreas com alta taxa de analfabetismo, são pilares dessa estratégia.

O Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da EJA promove integração com a educação profissional e tecnológica, ampliando as matrículas e incluindo populações marginalizadas, como os privados de liberdade. Programas como o Pé de Meia EJA incentivam a continuidade dos estudos através de incentivos financeiros, enquanto o Programa Dinheiro Direto na Escola Equidade - EJA destina recursos para adaptar as escolas às necessidades dos alunos e das alunas. Completando esta estrutura, a oferta de formação continuada para professores e gestores a renovação dos materiais didáticos através do Programa Nacional do Livro e do Material Didático reforçam o suporte educacional.

A ênfase na integração da EJA com educação profissional aproxima a EJA de objetivos de empregabilidade e qualificação para o trabalho. Isso favorece parcerias com programas de formação técnica e, muitas vezes, com atores do setor produtivo que apoiam vagas, estágios ou currículos contextualizados para o mercado. Ou seja, há um duplo propósito: educação como direito (público) e como instrumento de inserção no mercado de trabalho.

Por outro lado, essa aproximação traz benefícios (maior relevância prática dos cursos, possibilidade de financiamento e parcerias) mas também riscos se o foco

mercantil predominar, pode reduzir ênfase em formação cidadã, cultura, currículo crítico e em modalidades flexíveis necessárias para pessoas trabalhadoras e excluídas.

A EJA historicamente sofre com instabilidade orçamentária, mudanças de prioridade política e fragilidade na formação/valorização de professores. Programas que dependem de governos específicos, de convênios ou de prazos curtos têm alto risco de descontinuidade, isso enfraquece a confiança dos gestores locais e da população, dificulta o planejamento e reduz eficácia das ações do Pacto.

O sistema judiciário através de decisões judiciais pontuais pode garantir atendimento imediato a algumas pessoas, mas sem orçamento e gestão estáveis a oferta permanecerá fragmentada. Por outro lado, pressão judicial e mídia podem forçar resposta estatal, gerando medidas paliativas em vez de políticas estruturantes.

2.2.4 História e memórias do Neeja Julieta Villamil Balestro

Para contar a história e preservar a memória de uma instituição é necessário e primordial que estes dados estejam disponíveis e conservados, compreendendo a memória como um elemento primordial ao processo de reconhecimento do passado com a articulação com o presente e o futuro.

Ciavatta (2012) compreende que a construção da história da sociedade é uma questão de memória não no sentido meramente subjetivo, mas no sentido cultural, uma questão da temporalidade da vida e de registro. Através da narrativa, da representação, da poesia ou do discurso científico, da historiografia escrita, da produção e da conservação de acervos que resgatem a memória histórica, preservamos o passado, nele nos reconhecemos e projetamos o futuro.

O conceito de memória possui significados distintos sob as diferentes óticas em que pese sua análise. Contudo, para a área das humanidades, ela é uma categoria central, juntamente com o conceito de identidade, conforme sinaliza Candau (2018), ao apontar que, assim como a noção de cultura, o conceito de memória é basilar para qualquer interessado no campo das Ciências Humanas e Sociais. Justamente por se dar em sociedade, a memória coletiva é sempre variável, pois:

na variedade de seus processos de conservação e transformação, ela não se deixa aprisionar numa forma fixa ou estável. A memória é, simultaneamente, acúmulo e perda, arquivos e restos, lembrança e esquecimento. Sua única fixidez é a reconstrução permanente (Gondar, 2016, p. 17).

Por um longo tempo, pensou-se que a memória fosse um fenômeno estritamente individual:

o sociólogo Maurice Halbwachs e o psicólogo Frederic Charles Bartlett estabeleceram, nas primeiras décadas do século XX, as bases teóricas que nos permitem rejeitar a separação rígida entre memória e sociedade e definir a memória como uma construção social (Santos, M., 2003, p. 33).

A construção de uma instituição pode tomar as mais variadas formas de acordo com a necessidade de uma sociedade. Ela existe a fim de contribuir para manter a ordem social, gerir a vida em comunidade e para resolução de problemas da vida cotidiana e são essenciais para a coesão social.

A instituição compreende uma constituição ou um código, que consiste no sistema de valores pelos quais os seres humanos se associam; isto é, corresponde a ideia de instituição tal como é concebida pelos membros da própria sociedade. Compreende também um grupo humano organizado, cujas atividades realizam a instituição. Essas atividades se processam de acordo com normas e regras que constituem mais um elemento dessa totalidade. Finalmente, compreende um equipamento material que o grupo manipula no desenvolvimento de suas atividades (Malinowski, 1978, p. 16).

O Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos (NEEJA) e Cultura Popular Julieta Villamil Balestro é uma instituição de educação formal, que atende atualmente nove instituições pertencentes ao complexo prisional de Charqueadas, além dos presídios das cidades de Arroio dos Ratos, Camaquã e São Jerônimo. É coordenada pela 12ª Secretaria de Educação da cidade de Guaíba e a Escola do Serviço Penitenciário da Superintendência dos Serviços Penitenciários. São oferecidos, desde 2002, ensinos de séries iniciais, fundamentais e ensino médio.

O Neeja, considerado um dos maiores pelo fato de atender a tantos complexos, enquanto normalmente é atendido apenas um por núcleo, possui sede na Penitenciária Modulada de Charqueadas. O município também possui o maior complexo penitenciário da América Latina de Apenados (Prefeitura Municipal de Charqueadas, 2022).

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade da Educação Básica consolidada pela LDB 9394/96, em seu Título V (Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino), capítulo II (Da Educação Básica), Seção V (Da Educação de Jovens e Adultos), e fundamentada pelo Decreto de Criação no 41649 - 28/05/2002 e Decreto de Autorização de Funcionamento no 1422/02 - 11/12/2002. No Estado do Rio Grande do Sul, tem sua lotação na 12ª CRE, em Guaíba.

O Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos e Cultura Popular é uma Unidade Escolar da Rede Pública Estadual de Ensino do RS, que oferta a modalidade EJA, com cursos de Ensino Fundamental (1º e 2º segmentos), e Ensino Médio, ambos organizados atualmente em duas matrizes: Ensino Presencial por Semestre (em terminalidade no mês de julho e dezembro), e no período pandêmico foi ofertado o Ensino Remoto, com atividades impressas por Disciplina, semanalmente no ano letivo de 2020. Iniciou suas atividades em 2002 conforme Decretos de Criação e de Autorização de Funcionamento.

O Neeja Julieta Villamil Balestro tem como missão promover uma educação de qualidade, contribuindo para a formação do cidadão responsável e sua inclusão no mundo do conhecimento e do trabalho, e do cidadão comprometido com sua própria formação humana e profissional, melhorando a comunidade da qual faz parte. Ele visa, ainda, promover e assegurar uma educação de qualidade, oferecendo continuidade do processo de formação do reeducando, objetivando a ressocialização.

O Neeja busca ser uma escola que atenda às necessidades da comunidade na qual está inserida, através de uma gestão participativa, responsável e democrática para todos os processos administrativos e pedagógicos, pois entende que o ser humano privado de liberdade deve desenvolver habilidades e capacidades para estar em melhores condições de conquistar as oportunidades socialmente criadas ao ser inserido novamente na sociedade. No que tange à construção do núcleo e sua implementação como lugar de memória, a pesquisa tem a intenção de buscar a identidade da escola e não apenas como espaço de construção da história da instituição. As memórias registradas em diferentes fontes de escrita da história são as principais formas de criação da identidade de instituições como as de educação profissional e tecnológica.

Silveira (2007) destaca que, nesse contexto de aceleradas mudanças, implantar e implementar um acervo com documentos, imagens, objetos e depoimentos que preservem a história da instituição tornou-se projeto relevante, porque mobiliza elementos de reconhecimento da identidade institucional. No Brasil, as constantes mudanças pelas quais esta modalidade de ensino passou se traduzem nas dificuldades de construir suas identidades.

A reforma do ensino médio e profissional dos últimos anos certamente trouxe implicações para a identidade das escolas. Por ter sido um processo no qual as escolas tiveram que se inserir, sem a opção do contrário, suas identidades foram

afrontadas por um projeto não construído por ela próprias, mas por sujeitos externos. A contradição vivida esteve na obrigação de apropriarem-se desse projeto como seu. Nisto, novas identidades foram também se tecendo. Cabe saber até que ponto as comunidades escolares têm consciência disso, qual a memória que preservam e qual a história que constroem sobre si próprias.

Assim, para que as escolas sejam capazes de construir organicamente seu próprio projeto político-pedagógico, assumirem o desafio de uma formação integrada, reafirmando sua identidade, é preciso que conheçam e compreendam sua história. Que reconstituam e preservem sua memória, compreendam o que ocorreu consigo ao longo dos últimos oito anos de reforma e, então, a partir disto, decidir coletivamente para onde se quer ir, como um movimento permanente de auto reconhecimento social e institucional. E, então, reconhecerem-se como sujeitos sociais coletivos com uma história e uma identidade própria a ser respeitada em qualquer processo de mudança.

A proposta desta pesquisa é projetar uma ação em que os sujeitos possam recorrer à memória e, desta forma, articular-se na construção da identidade da instituição onde o Neeja Julieta Villamil Balestro atua.

2.2.5 A história da professora Julieta Villamil Balestro

A professora Julieta Villamil Balestro atuou em várias instituições penitenciárias do Rio Grande do Sul, demonstrando que a formação escolar era um poderoso instrumento de recuperação. Era natural de Bagé, licenciada em Letras pela Pontifícia Universidade Católica, na década de 1960, e bacharel em Direito, graduada em 1988, pela Unisinos (Pereira; Schumacher, 2025).

Julieta Balestro lecionou língua portuguesa e literatura brasileira por muito tempo na Escola Técnica de Parobé. Dirigiu a Comissão de Mulheres, Crianças e Adolescentes da OAB/RS, foi membro da diretoria do sindicato dos professores (CPERS) em duas gestões, de 1981 a 1984 e de 1996 a 1999. Também foi dirigente do movimento negro. Foi fundadora e dirigente do PT Estadual, integrando a direção nacional da CUT. Era conhecida por seu espírito de luta intransigente na defesa dos professores, das mulheres e das minorias (Pereira; Schumacher, 2025).

A última função desempenhada pela Sra. Julieta foi de Coordenadora Educacional e Cultural da SUSEPE, onde também desenvolvia o projeto “O Pensamento é Livre”, primeiro concurso literário estadual do sistema penitenciário.

Faleceu aos 12 dias do mês de agosto de 2001. Seu legado deixou reconhecimentos em diversas áreas, principalmente na Educação, onde há registros de escolas com seu nome tanto na Educação Básica quanto de Ensino Médio (Pereira; Schumacher, 2025).

Figura 2 — Fotografia de Julieta Villamil Balestro em evento não identificado (Rio Grande do Sul, data desconhecida)



Fonte: Protásio Nene (c2016).

2.2.6 A educação organizada e planejada nos espaços pedagógicos do Neeja Julieta Villamil Balestro

Segundo Libâneo (1988 *apud* O que é [...], 2021), a educação é entendida como uma atividade social que abrange um conjunto de ações, processos, influências, ou ainda estruturas que intervêm ou contribuem de alguma maneira para o desenvolvimento humano. Ela é resultante da totalidade de atos, ações, valores e princípios da realidade histórica que interfere nos seus procedimentos, forma cidadãos, ao construir conhecimentos, atitudes e valores, tornando-os críticos, éticos e participativos em sociedade.

Gadotti, M. (2205), define os modelos escolares em: formal, não formal e informal. A primeira regida por uma legislação específica através do sistema do ensino federal, estadual e municipal, é organizada pela equipe diretiva, professores, funcionários, pais e alunos, ou seja, em um espaço escolar, delineada pelo contexto

desta comunidade escolar. Seus conteúdos de aprendizagem são organizados de forma sistematizada, com componentes curriculares de caráter metódico e intencional, regida pela constituição federal, leis de diretrizes e bases, plano nacional de educação, plano de educação para pessoas presas, parâmetros curriculares, dentre outros.

A educação não formal é tratada como educação não escolar, que ocorre fora da escola, visando atender as necessidades dos sujeitos, através de um trabalho coletivo, menos hierarquizado, valorizando as potencialidades e suas culturas. Nela há intencionalidade na prática pedagógica, é desenvolvida em espaços filantrópicos, movimentos sociais, trabalhos comunitários, áreas de lazer e recreação, etc. Ela favorece aos sujeitos a realização de uma leitura de mundo, além de contribuir para a formação do sujeito no sentido de poder atuar na realidade e diversidade.

A educação informal envolve todos os processos que educam o homem, desde a infância, as experiências vivenciadas no convívio com familiares, grupo social. Essa modalidade se encontra na família, no bairro, clube e grupos de amigos, etc. Não há a necessidade de um espaço educativo, o cumprimento de carga horária e um professor, não existe metodologia sistemática, conhecimentos adquiridos da interação sociocultural.

O Núcleo Julieta Villamil Balestro tem por finalidade oferecer oportunidades permanentes para a realização de exames supletivos fracionados, relativamente ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio, bem como prestar orientação para preparação de exames supletivos. Os objetivos visam garantir acesso e qualidade de educação nas prisões com um direito humano, atendendo as peculiaridades de tempo, espaço e rotatividade da população carcerária, possibilitando a reinserção social do apenado através da educação, oferecer oportunidades de certificação de conclusão do Curso de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, oferecer atendimento individual ou coletivo a jovens e adultos de forma que oriente e subsidie o processo de construção de aprendizagens e disponibilizar programas e apostilas para prestação de exames fracionados e supletivos.

A inscrição para a realização de exames supletivos, globalizados ou fracionados pode ocorrer em qualquer época do ano, e a cada ano nova inscrição deve ser feita para dar continuidade de atendimento. Os candidatos podem inscrever-se para as atividades oferecidas, conforme estabelecido pelo calendário, sendo que: pode inscrever-se nas atividades presenciais e nos componentes curriculares em que desejar orientação para prestação de exames supletivos; pode inscrever-se para os

exames, em tantas áreas do conhecimento ou componente curricular quanto desejar. A inscrição é válida para o ano em curso, independente da data que ocorrer, constituindo cadastro ativo na instituição. O candidato que não realizar os exames no ano da inscrição deve formalizar nova inscrição no ano seguinte; a inscrição é uma etapa transitória do processo, não gerando vínculo definitivo com a instituição, esgotada a capacidade de atendimento, os candidatos permanecem em lista de espera, aguardando vaga.

Na instituição é oportunizada uma avaliação para aferição do nível de conhecimento e habilidades do candidato, com vistas a sua orientação individual para os exames. Referente ao processo pedagógico, o atendimento é oportunizado ao longo do ano, é registrada a frequência do atendimento presencial, em documento específico, de modo a permitir atestá-la, para fins do que trata a Lei de Execução Penal.

Ao candidato também é permitido realizar só exames, sem necessariamente participar das atividades presenciais. O candidato pode optar por prestar exames supletivos globalizados, abrangendo todas as áreas do conhecimento do respectivo nível de ensino ou exames supletivos fracionados por áreas do conhecimento. Os exames supletivos globalizados ou fracionados se constituem de provas objetivas globais ou parciais, incluindo, obrigatoriamente, produção textual.

A forma de expressão utilizada é Aprovado ou Reprovado, conforme o número de acertos em cada prova do exame. Considera-se aprovado o candidato que resolver satisfatoriamente cinquenta por cento (50%) das questões propostas para cada exame.

O prontuário de cada candidato registra os resultados obtidos em cada exame supletivo prestado, globalizado ou fracionado, bem como a frequência às atividades presenciais. A cada exame supletivo prestado, globalizado ou fracionado, é elaborada ata, individual ou coletiva, que integra os documentos escolares de cada candidato, ficando cópia arquivada, em ordem sequencial na secretaria da instituição. O Núcleo Estadual de Jovens e Adultos emite certificado de conclusão de Ensino Fundamental ou do Ensino Médio e Certificado de Conclusão de Componente Curricular. Para fins de certificação de conclusão de Ensino Fundamental e Ensino Médio, são aproveitados os estudos concluídos com êxito em exame supletivos ou similares, devidamente comprovados.

O NEEJA tem como responsável um Diretor designado pela Secretaria da

Educação e conta com um quadro de pessoal para atendimento às funções de apoio e exames supletivos. O Projeto Político Pedagógico apresenta a concepção da ação desenvolvida pelo Núcleo em toda a sua identidade pedagógica. É elaborado e aprovado pelos professores e diretor do Núcleo.

O Plano Integrado do Núcleo é o documento elaborado sob a coordenação do Diretor, que dispõe sobre a estrutura e funcionamento da instituição nas áreas: administrativa, financeira e pedagógica a fim de garantir o cumprimento de suas finalidades. O NEEJA Julieta Villamil Balestro disponibiliza para os candidatos inscritos e professores orientadores recursos didáticos e pedagógicos como: acervo bibliográfico, recursos audiovisuais e tecnológicos como fonte de informação e consulta. O Núcleo procede sistematicamente à avaliação de suas ações envolvendo todos os segmentos, replanejando objetivos, metas e ações embasadas no Projeto Político Pedagógico.

O Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos Julieta Villamil Balestro neste ano letivo consta com os seguintes alunos matriculados na Educação Básica do Ensino Fundamental e Ensino Médio na EJA:

Quadro 3 — Alunos matriculados na EJA do NEEJA Julieta Villamil Balestro, 2025

Ensino Fundamental	342
Ensino Médio	122
Total	464

Fonte: elaborado pela autora (2025).

O Plano Estadual de Educação para Pessoas Presas e Egressas no Sistema Prisional 2021-2024, estabelecido pela Resolução CEED nº 343/2018, relativa à oferta na modalidade Educação de Jovens e Adultos - EJA no sistema Estadual de Ensino foi construído com a participação das seguintes instituições: Secretaria de Administração Penitenciária; Secretaria Estadual de Educação; Superintendência dos Serviços Penitenciários; Conselho Penitenciário do Estado do Rio Grande do Sul; Direção da Cadeia Pública de Porto Alegre e Direção do Núcleo de Educação Prisional da Cadeia Pública de Porto Alegre.

Dentre os objetivos do PEEPPE no Sistema prisional está a de desenvolver estratégias para a ampliação da oferta de atividades educacionais formais e não formais no sistema prisional do Estado, sendo um dos objetivos para o Neeja Julieta

Villamil Balestro. A educação não formal é considerada como uma área de conhecimento ainda em construção. Estuda-se a possibilidade deste processo em conselhos de escolas e o aprendizado que resulta da participação da sociedade civil nestes conselhos, pois se faz necessária no processo com dimensões como: aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos, capacitação destes para o trabalho, por meio de aprendizagem de habilidades e ou desenvolvimento de suas potencialidades, com o objetivo de os indivíduos se organizarem com objetivos comunitários, voltados para a solução de problemas coletivos, realizarem leitura de mundo para compreensão do que se passa ao seu redor. Ainda sabemos que nesta educação o grande educador é o “outro”, aquele com quem interagimos e ou nos integramos. Nesta perspectiva, os espaços educativos em que se localiza acontecem nos territórios que acompanham as trajetórias de vida de grupos e indivíduos, locais onde existem processos interativos e também poderão ocorrer por forças de certas circunstâncias da vivência histórica de cada um. Há, na educação não formal, uma intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes.

Esse processo educativo se configura como estratégia devido à capacidade de os indivíduos se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais. Seus objetivos não são dados a priori, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo. Um modo de educar surge como resultado do processo voltado para os interesses e as necessidades de quem dele participa.

A educação possibilita múltiplas e variadas discussões sobre a tipologia das modalidades educativas formal, não formal e informal, bem como o questionamento sobre a sua adequação na reflexão sobre a amplitude dos processos educativos existentes, ou até mesmo ao surgimento de propostas que se demarcam da trilogia. O Neeja possui uma educação que envolve diferentes níveis de alfabetização, de utilização de recursos pedagógicos escassos devido à questão da segurança. Embora estejamos em um ambiente de educação formal, não estamos em hipótese alguma pensando em substituir ou competir com a educação formal e ou informal, mas busca-se uma intervenção, através da educação não formal, pois esta atua sobre aspectos subjetivos do grupo; trabalha e forma a cultura política de um grupo. Desenvolve laços de pertencimento. Ajuda na construção da identidade coletiva do grupo (este é um dos grandes destaques da educação não formal na atualidade); ela pode colaborar para o

desenvolvimento da autoestima e do *empowerment* do grupo, ou seja, a melhoria do ambiente de trabalho e no desempenho dos colaboradores criando o que alguns analistas denominam capital social de um grupo, por meio do qual podemos conhecer o projeto socioeducativo do grupo, a visão de mundo que estão construindo, os valores defendidos e os que são rejeitados. A educação não formal é abordada como promotora de mecanismos de inclusão.

A supremacia da visão escolarizada da educação, a partir da crescente visibilidade dos processos educativos não formais a partir da segunda metade do século XX, justificou a necessidade de distinguir e delimitar modalidades educativas. A origem deste fenômeno situa-se nas práticas emergentes de educação de adultos no período pós segunda guerra mundial. Canário (2006) identifica estes processos educativos não formais através da imagem da face não visível da lua. O autor afirma, neste sentido, o valioso patrimônio e potencialidades destas experiências educativas. A educação não formal é entendida no âmbito das “situações educativas (não formais ou informais) que se distinguem e demarcam do formato escolar” e se “situam num continuum” (Canário, 2006, p. 3).

Desta forma, é importante destacar o que sugerem alguns autores referente à visibilidade dos processos educativos. La Belle, (1982, 1986) aponta que a principal diferenciação entre experiências formais e não formais reside na distinção entre “modos predominantes de aprendizagem [...] pois na prática a educação informal, não formal ou formal devem ser vistas como modos predominantes de aprendizagem em vez de entidades distintas e compartimentadas” (La Belle, 1982, p. 162). O autor reflete sobre os processos da educação formal mencionando que atende os interesses de quem domina a tomada de posições, como, por exemplo, os governos de cada país ou outras entidades ligadas à sociedade global e defende que a educação não formal é aberta a todos e pode levar a uma ação imediata para mudar o *statu quo* (estado atual) e está mais próxima do controle daqueles que dela participam. Contudo, com o aumento da participação, para além da educação não formal, o principal elemento diferenciador (e que a distingue da educação formal) passará a ser o seu “considerável potencial de flexibilidade no curriculum, na seleção de quem ensina e quem aprende e na determinação das metas e avaliação de resultados” (La Belle, 1986, p. 6).

Também relativamente à diferenciação entre educação não formal e informal, ele insiste no critério da intencionalidade ou, mais precisamente, da vontade deliberada

Nesse sentido, Rothes (2005, p. 173-174) aponta que a distinção entre a educação formal e não formal não é clara. Define que a educação não formal resulta sobretudo de perspectivas e tradições de intervenção que, não estando condicionadas pela preocupação da validação de saberes, foram estruturando com determinadas marcas que perduram até nossos dias. Rogers (2005) aponta que a educação formal e não formal divide o mundo em duas partes iguais, destaca a educação informal, que é definida como aprendizagem não estruturada e não como um processo educativo. O discurso rotula ambos os setores, impondo uma unidade artificial, que apaga as diferenças internas e exagera as diferenças externas entre estes setores; os dois conceitos (formal e não formal) são definidos um contra o outro, ou hierarquicamente, o que cria relações de superioridade e inferioridade. Para ele, a educação formal é marcada por um forte grau de standardização, não sendo adaptada aos participantes, sendo estes que se adaptam ao sistema, não havendo poder de decisão e participação. O autor defende a escola participativa, que está longe de ser a educação formal, pois nela os participantes “determinam o conteúdo, a duração e a logística dos processos educativos” (Rogers, 2005, p. 255) e organizam e controlam todo o processo.

Já Gadotti (2005) formula uma proposta de educação não formal, aponta para a cidade (contexto urbano) como cenário de observação e reflexão da diversidade dos fenômenos educativos, que constitui um desafio e pode oferecer pistas que permitam a procura e consolidação de outros caminhos para pensar a educação nesse contexto. Com isso, ele defende a pedagogia da cidade, que permite aprender a cidade, no sentido de a olhar, de a descobrir, para poder aprender com ela. O autor defende a importância de educação não formal, não por oposição à educação formal, mas como meio de possibilitar modos alternativos de aprendizagem e contribuir para uma melhor integração entre educação e direitos humanos.

Como afirma Freire (1997, p. 50):

se estivesse claro para nós que foi aprendendo que aprendemos ser possível ensinar, teríamos entendido com facilidade a importância das experiências informais nas ruas, nas praças, no trabalho, nas salas de aulas das escolas, nos pátios dos recreios [...] em que variados gestos [...] que se cruzam cheios de significação.

A segunda proposta é de Ivan Illich (1985), que destaca dois conceitos ou redes de propostas: redes do saber e convivialidade. Na primeira, as pessoas se agrupem e

discutam um assunto que as interesse para que se desenvolva um autêntico processo educativo, marcadas pela desescolarização, numa perspectiva de construção de uma sociedade convivial, que assenta na revolução cultural, e que converge para restituir ao ser humano o seu lugar, a sua liberdade e a sua criatividade. A “convivialidade” assume um sentido de exigência ética que os indivíduos podem ter em comum. A partir dela constroem-se saberes num plano igualitário entre todos os que convivem, no sentido de juntos poderem aprender, intervir e modificar as realidades opressoras da quotidianidade.

Diante de todas estas perspectivas, faz-se necessário compreender os processos educativos a partir de uma abordagem aberta e flexível que permita a recusa de categorizações engessadas e limitantes. Tal compreensão deve ser flexível e tênue, aberta às especificidades de cada processo, procurando permitir a observação, a reflexão e o questionamento.

Ainda, é importante destacar que certificar não é o mesmo que educar integralmente, foco exclusivo na certificação tende a reduzir a educação à validação de conteúdos, desconsiderando a dimensão formativa, política e social do processo educativo, algo que Paulo Freire denunciava como “educação bancária”.

A ressocialização pressupõe reconstruir laços de pertencimento, cidadania e dignidade, e isso depende de experiências educativas significativas, mediadas por diálogo, convivência e prática social. Entretanto, quando o Estado reduz a EJA ou a educação prisional à preparação para exames, ele esvazia o sentido pedagógico da educação; reforça a lógica meritocrática (quem acerta na prova “merece” a reintegração); ignora as condições estruturais (violência, falta de políticas de trabalho, moradia, saúde e cultura); e transforma o direito em recompensa, não em garantia.

Na prática, muitos internos obtêm o certificado, mas encontram fora do sistema prisional as mesmas barreiras que os levaram à exclusão: desemprego, preconceito, ausência de políticas públicas de reintegração e apoio social.

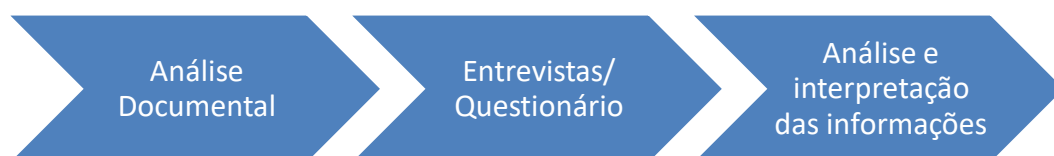
3 PERCURSO E ANÁLISE METODOLÓGICA

A presente pesquisa está alinhada à linha de pesquisa 2- Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação e o Macroprojeto 4- Histórias e memórias no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. O método utilizado será a pesquisa qualitativa que deve ser realizada com os professores, diretores, supervisores e servidores que atuam no Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos Julieta Balestro, nos sistemas prisionais da cidade de Charqueadas. Conforme Chizzoti (2003), o termo pesquisa qualitativo remete a diferentes concepções, práticas e técnicas desenvolvidas nas diferentes tradições e paradigmas das ciências humanas e sociais.

Os sujeitos dessa pesquisa são os professores que atuam diretamente na formação pedagógica dos reclusos e os responsáveis da gestão que contribuirão com as memórias do Neeja Julieta Villamil Balestro, sendo restrito o manuseio dos documentos e utilização dos dispositivos eletrônicos, autorização realizada pelo Comitê de Ética do Sistema Penitenciário do RS que liberou o acesso através do dispositivo da organização (One Drive).

A pesquisa foi dividida em três etapas, conforme a figura abaixo.

Figura 3 — Percurso metodológico



Fonte: elaborada pela autora (2024).

Inicialmente foi realizada uma apresentação da pesquisadora, seguida da instituição onde é realizado o Programa de Mestrado (PROFEPT) aos profissionais do Neeja Julieta Villamil Balestro, o projeto de pesquisa, a revisão bibliográfica dos artigos existentes a respeito da Educação de Jovens e Adultos no sistema prisional.

Tal ação foi realizada no momento que antecedeu a pesquisa com estes servidores durante sua formação pedagógica.

Posteriormente, foram coletados os documentos existentes na organização, enfatizando o local, o contexto, as pessoas, situações, acontecimentos, estes extraídos de documentos que estão resguardados na instituição e enviados através dos subsídios existentes na instituição e armazenados no *One Drive* (dispositivo para acessar documentos, etc.) e disponibilizados para a pesquisadora.

O público entrevistado são os professores do Neeja, durante o momento de formação pedagógica, através de questionários impressos e aplicados aos servidores autorizados durante a permanência da pesquisadora.

O questionário aplicado ao gestor do Neeja visa contribuir para o resgate das memórias do núcleo, a contribuição da Sra. Julieta Balestro, que o representa e a sua relação com a instituição. Também analisa a participação do gestor na implementação ou sua contribuição profissional na trajetória da instituição e na formação dos sujeitos, identificando a inserção deles no mundo do trabalho, as expectativas e vivências desses estudantes.

O questionário aplicado ao supervisor da escola visa descrever como se organizam ou como os sistemas prisionais determinam a organização escolar no contexto de um núcleo educacional. A pesquisa aplicada aos professores tem a intenção de compreender o currículo integrado da Educação de Jovens e Adultos com Educação Profissional e Tecnológica.

3.1 PESQUISA DOCUMENTAL

A pesquisa realizada teve como ponto de partida uma análise documental dos dados disponíveis no Neeja. O objetivo principal foi conhecer a organização e resgatar as memórias da Educação Profissional e Tecnológica do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos Julieta Villamil Balestro, fazendo um levantamento da constituição do núcleo, bem como descrendo o perfil dos estudantes, dos professores, apresentando e resgatando esta memória de extrema importância neste contexto educacional.

Os documentos selecionados para a presente pesquisa foram: Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar, Plano Estadual de Educação para Pessoas Presas e Egressas do Sistema Prisional – 2021-2024, Lei de Execução Penal.

Sobre pesquisa bibliográfica, Marconi e Lakatos (2007) afirmam que este tipo de pesquisa traz um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, fornecendo dados relevantes relacionados ao tema, e ainda evitando duplicações e certos erros, sendo uma fonte indispensável de informações.

Sobre a pesquisa documental, Marconi e Lakatos (2011, p. 190) pontuam:

A característica da pesquisa documental é tomar como fonte de coleta de dados apenas documentos, escritos ou não, que constituem o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ter sido feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois.

O NEEJA foi criado em 2002 conforme Decretos de Criação e de Autorização de Funcionamento, destacando-se como fontes primárias e validadas. Para Le Goff (1990), o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo, ao historiador e usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. Sendo assim, o contexto da sua produção, período, a sociedade que o produziu, as sucessivas épocas pelas quais o documento sobreviveu (esquecido ou não) e tendo em vista a sua não neutralidade.

3.2 QUESTIONÁRIO E ENTREVISTA

Na segunda etapa, foram realizados questionários com perguntas abertas, (Apêndice A, B e C), com o diretor, supervisor e professores do Neeja, com o propósito de tangenciar o objetivo geral do projeto de pesquisa, que é conhecer a organização e resgatar as memórias da Educação Profissional e Tecnológica do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos Julieta Villamil Balestro e os objetivos específicos.

As técnicas de pesquisas adotadas nesta etapa foram o questionário padronizado e impresso e a roda de conversas. Conforme Macedo (2005, p. 209), a proposta de entrevista semiestruturada

[...] é um conjunto de temas preparados antes da entrevista para vir a ser explorado com cada entrevistado. Tal roteiro serve como uma lista básica de questões a serem cobertas ao longo da entrevista de modo a garantir que todos os temas sejam trabalhados. Durante a entrevista, o entrevistador adapta tanto a forma de frasar as questões como a sequência a formular com cada entrevistado. Isto é, o roteiro de entrevista serve para orientar o entrevistador que, no entanto, tem liberdade de explorar, experimentar...

Segundo Lüdke e André (1986, p. 33), “[...] na entrevista a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde”. Já o questionário pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, etc.” (Gil, 2008, p. 121).

A metodologia de roda de conversas realizada com os servidores mostra-se interessante, uma vez que

[...] quando utilizadas como instrumento de pesquisa, uma conversa em um ambiente propício para o diálogo, em que todos possam se sentir à vontade para partilhar e escutar, de modo que o falado, o conversado seja relevante para o grupo e suscite, inclusive, a atenção na escuta. Nas rodas de conversa, o diálogo é um momento singular de partilha, porque pressupõe um exercício de escuta e de fala, em que se agregam vários interlocutores, e os momentos de escuta são mais numerosos do que os de fala. “As colocações de cada participante são construídas por meio da interação com o outro, seja para complementar, discordar, seja para concordar com a fala imediatamente anterior” (Moura; Lima, 2014, p. 28).

Dentre as técnicas utilizadas, configuram-se como uma importante ferramenta para análise de dados qualitativos, possibilitando a organização e interpretação sistemática das informações coletadas. Todos que participaram da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assegurando os direitos do participante e o compromisso da pesquisadora com relação às normas que regulamentam a pesquisa.

3.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Os dados analisados como etapa da pesquisa servem para descrever as possíveis respostas aos objetivos propostos do projeto, desenvolvido através de uma abordagem qualitativa, compreendida por Minayo (2007) como uma pesquisa voltada para as Ciências Sociais, atuante em uma conjuntura que abarca convicções, valores, pretensões, sentidos e intenções que se distanciam do quantitativo. Assim, a investigação qualitativa tem a sua finalidade determinada por Coutinho (2011, p. 289) da seguinte forma:

O propósito da investigação qualitativa é compreender os fenômenos na sua totalidade e no contexto em que ocorrem, pelo que pode acontecer que só se conheça o foco do problema depois de se começar a pesquisa ou trabalho de

campo: à medida que se fazem observações e entrevistas vão sendo identificados os temas relevantes e padrões que se tornam a partir de então o foco da atividade do investigador e o alvo de observações mais intensas e sistematizadas.

Na pesquisa qualitativa, a pergunta requer um método que compreenda o ser e sua essência. Nesse contexto, a análise de conteúdo é a técnica que se propõe a essa compreensão com um olhar minucioso do pesquisador.

Moraes (1999, p. 3) acrescenta que “[...] de certo modo, a análise de conteúdo é uma interpretação pessoal por parte do pesquisador com relação à percepção que tem dos dados”. Nesse sentido, ainda de acordo com o autor, não é possível uma leitura neutra, objetiva e completa, pois os valores e a linguagem do objeto analisado exercem influência sobre os dados da qual o pesquisador não pode fugir.

A análise de conteúdo pode ser compreendida, portanto, como “[...] um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a “discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados” (Bardin, 2016, p. 15), cujo objetivo é explorar os sentidos e significados atribuídos pelos sujeitos participantes de estudos qualitativos, e também quantitativos, a respeito de um tema, problema e/ou fenômeno, a partir da sistematização rigorosa e estruturada de:

Um conjunto de técnicas de análises das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitem a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (Bardin, 2016, p. 46).

Desta forma esse processo constitutivo e construtivo ordenou-se em uma atividade de interpretar as mensagens presentes nos dados a partir de uma sistematização para atender os objetivos gerais e específicos do objeto de pesquisa da dissertação.

Segundo Bardin (2016), a análise de dados, elaborado o percurso metodológico, se define como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, cujos objetivos são a superação da incerteza e o enriquecimento da leitura, classificando-se em três fases cronológicas: I) a pré-análise, II) a exploração do material a ser analisado (*corpus*) e III) o tratamento dos resultados, seguidas pela conclusão e interpretação, conforme a figura abaixo.

Figura 4 — Análise de conteúdo



Fonte: elaborada pela autora (2024).

Na primeira etapa foi realizada uma leitura compreensiva dos documentos de constituição do Neeja, os decretos de constituição e funcionamento do núcleo. Segundo Bardin (1977), esta é uma etapa em que os dados brutos do texto, por meio de recortes, esclarecem o pesquisador sobre as características do texto. Após, vem o tratamento de resultados obtidos e a interpretação ocorre quando as informações são apresentadas em quadros, tabelas e figuras, permitindo ao analista interpretar os resultados significativos. Desta forma, propõe-se um produto educacional que busque resgatar as memórias e a historicidade do Neeja Julieta Villamil Balestro, juntamente com a contribuição de todos os sujeitos envolvidos neste processo.

3.4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.4.1 Entrevista com os servidores do Núcleo de Educação Estadual de Jovens e Adultos Julieta Villamil Balestro.

Foi realizada a entrevista com os servidores, com documento impresso devido a não ser autorizado o uso de recursos tecnológicos. A entrevista ocorreu no estabelecimento prisional onde localiza-se o NEEJA.

Quadro 4 — Categorização das análises das entrevistas

Categoria 01	Importância da organização e história do Neeja para a preservação da memória do núcleo
Categoria 02	Representatividade do Neeja na trajetória do profissional
Categoria 03	Contribuição do profissional na implantação e história do Neeja
Categoria 04	Percepção do papel da educação e trabalho para as pessoas privadas de liberdade
Categoria 05	Organização dos espaços pedagógicos
Categoria 06	Acessibilidade dos discentes
Categoria 07	Perfil dos discentes
Categoria 08	Formação dos docentes
Categoria 09	Desafios e fatores facilitadores enfrentados neste contexto escolar
Categoria 10	Estratégias para favorecimento do processo educativo Educação de Jovens e Adultos a Educação do Ensino Médio Integrado
Categoria 11	Participação da qualificação profissional às pessoas privadas de liberdade

Fonte: elaborado pela autora.

A primeira categoria visa apresentar a importância e a organização da história e memória do Núcleo de Educação. As perguntas relacionadas à categoria 01 estão descritas no Quadro 5.

Quadro 5 — Importância da organização e história do Neeja para a preservação da memória do núcleo

Categoria Análise 01	Perguntas do Roteiro
----------------------	----------------------

Importância da organização e história do Neeja para a preservação da memória do núcleo	Apêndice A- 1) Qual a relação da Sra. Julieta Balestro com o Neeja? Apêndice A- 2) Por que ela (Sra. Julieta Balestro) é importante neste contexto? Apêndice C- 8) Qual a importância da preservação da memória institucional para a comunidade escolar?
--	--

Fonte: elaborado pela autora.

Nessa categoria de análise, com base nas respostas dos servidores entrevistados do Neeja, é uma etapa bastante relevante, pois remete à existência, à identidade e à preservação do núcleo educacional. Segundo o entrevistado nº 01 da direção atual, Apêndice A, pergunta 1 e 2, que está diretamente direcionada à memória da instituição, a entrevistada comenta que “não possui conhecimento e destaca que somente é importante pelo seu nome”.

A memória é um dos elementos fundamentais da construção da identidade individual, suscitando a coletiva no interior de cada sociedade. No entanto, para que seja preservada e transmitida ao longo do tempo, é necessário que haja métodos eficazes de conservação, como a organização de documentos e o estudo da história. Nesse sentido, tanto a organização quanto a história desempenham papéis essenciais na preservação da memória, garantindo que o conhecimento do passado continue acessível e significativo para as gerações futuras: “[...] memória coletiva e sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e monumentos” (Le Goff, 1990).

O que de fato não vem sendo apresentado no Neeja, face os relatos da falta de conhecimento da história, do resgate do nome da Sra. Julieta Villamil Balestro, que foi a precursora de movimentos importantes na sociedade, era de extrema importância resgatar com os demais diretores esta pergunta, porque a percepção que temos é de que este nome não é lembrado, reconhecido, estando somente vinculado à existência da organização destacada pela entrevistada de nº 1, perguntas 1 e 2.

Percebe-se que os servidores não possuem conhecimento da relação da Sra. Julieta Villamil Balestro com o Neeja. A organização é o alicerce da preservação material da memória. Documentos, fotografias, arquivos digitais e físicos, quando sistematicamente organizados, tornam-se mais fáceis de localizar, estudar e utilizar.

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (Le Goff, 1990). No acervo da instituição não constam registros fotográficos, encontros, eventos que preservem a memória da Sra. Julieta Villamil Balestro, algo bem restrito, apenas a documentação legal da constituição da organização. Nesta categoria seria relevante entrevistar o quadro de diretores inativos das gestões anteriores.

É possível afirmar que a preservação da memória depende da interação entre organização e história. A primeira assegura a conservação física dos registros, enquanto a segunda confere sentido e relevância a esses materiais. Valorizar essas práticas é essencial para manter viva a memória coletiva, fortalecer identidades e construir um futuro que respeite e aprenda com o passado. Nesta categoria reforço o que se propõe a pesquisa, sendo elemento crucial à relevância da organização e memórias do Neeja Julieta Villamil Balestro.

Na categoria de análise, Apêndice C, pergunta nº 8, que trata da importância da preservação da memória institucional para a comunidade escolar, os entrevistados da presente pesquisa reforçam essa afirmação, da valorização, da credibilidade, da missão e da preservação do Neeja para a sociedade, que é muito fomentado conforme destaques dos entrevistados. Entrevistado nº 1, “informa que preservar a memória da instituição para a comunidade escolar é importante na valorização do que foi feito, está sendo feito e o que virá a ser feito. O professor nº 2 destaca “a credibilidade e o fortalecimento educacional e ainda revela que é motivador. O professor entrevistado de nº 3,” destaca a importância de uma melhor consciência na sociedade”. O entrevistado nº 4 destaca “a relevância de mostrar a educação dentro do sistema prisional e sua importância na sociedade. O profissional de nº 5 menciona que “o fator importante é a história, a missão de educadores em resgatar a história e preservar a memória do Neeja Julieta Villamil Balestro”.

Aqui o entrevistado de nº 5 “menciona que a memória é crucial para a comunidade escolar, pois fortalece a identidade, o pertencimento e a cultura da instituição. Ao preservar a história, a comunidade se apropria de seus valores e práticas, criando um senso de reflexão sobre a existência da PPL. Além disso, a

memória institucional serve como base para o desenvolvimento de projetos pedagógicos e para a reconstrução de vidas”.

A categoria de análise 02 trata da representatividade e importância da existência do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos na trajetória pessoal e profissional dos profissionais no contexto educacional prisional. As perguntas relacionadas à categoria 02 estão descritas no Quadro 6.

Quadro 6 — Representatividade do Neeja na trajetória do profissional

Categoria Análise 02	Perguntas do Roteiro
Representatividade do Neeja na trajetória do profissional	Apêndice A- 3) O que representou o Neeja na sua trajetória pessoal e profissional?

Fonte: elaborado pela autora.

Nessa categoria buscou-se entender a trajetória dos servidores educacionais neste contexto, revelando o seguinte. A entrevistada nº 1, da gestão educacional, comenta que “o NEEJA representa muito conhecimento, amor pelos alunos e colaboração para uma certificação muito esperada”. Esta pergunta estaria direcionada aos demais diretores de escolas que adentraram no sistema, o que não foi possível ocorrer. Aqui seria importante direcionar aos professores esta pergunta.

A representatividade da educação na trajetória do profissional é fundamental e se manifesta de diversas maneiras ao longo da vida pessoal e profissional de um indivíduo. Destacam essa importância nas habilidades de comunicação, capacidade de resolver problemas, pensamento crítico e criatividade, atualização e qualificação contínua, inclusão, representatividade social e desenvolvimento de lideranças. Além disso, a formação contínua permite ao profissional acompanhar as mudanças do mundo contemporâneo, como a evolução tecnológica e as novas formas de trabalho. A educação, nesse sentido, é um instrumento de requalificação e ascensão profissional, oferecendo novas perspectivas para quem busca crescer ou mudar de área.

Na categoria 03 são destacadas as contribuições dos servidores no processo de elaboração, implementação do NEEJA e avaliação desta etapa. As perguntas das entrevistas estão demonstradas no Quadro 7.

Quadro 7 — Contribuição do profissional na implantação e história do Neeja

Categoria Análise 03	Perguntas do Roteiro
Contribuição do profissional na implantação e história do Neeja	Apêndice A- 4) Qual foi a sua participação no processo de elaboração e implementação do Neeja nos complexos prisionais? Apêndice A- 5) Como você avalia a implementação e trajetória do Neeja?

Fonte: elaborado pela autora.

Nessa categoria destacam-se as contribuições dos profissionais na implantação e história do NEEJA. Segundo a diretora atual, “a sua participação consiste no trabalho diário em sala de aula e avalia este processo em processo de crescimento”.

Os atuais profissionais não são integrantes na participação e no processo de elaboração do Neeja. Os entrevistados atuais desconhecem este processo, não sendo possível e relevantes suas contribuições nesta categoria, em destaque a função exercida diariamente no processo educacional, que é uma constante e em fase de aperfeiçoamento.

Na categoria de análise 04, são mencionadas as percepções que os servidores têm do papel da educação e do trabalho para as pessoas privadas de liberdade. As perguntas se encontram no Quadro 8.

Quadro 8 — Percepção do papel da educação e trabalho para as pessoas privadas de liberdade

Categoria Análise 04	Perguntas do Roteiro
Percepção do papel da educação e trabalho para as pessoas privadas de liberdade	Apêndice A- 6) Qual a sua percepção do papel da Educação e do Trabalho na vida dos alunos reclusos? Apêndice B- 6) Qual a sua percepção do papel da Educação e do Trabalho na vida dos alunos reclusos?

	Apêndice C- 7) Qual a sua percepção do papel da Educação e do Trabalho na vida dos alunos reclusos?
--	---

Fonte: elaborado pela autora.

Nessa categoria destacamos a percepção do papel da educação e trabalho para as PPL. A entrevistada nº 1, da equipe diretiva, “entende que o trabalho é muito relevante, haja visto as necessidades dos apenados”. O entrevistado nº 1 também compõe a equipe diretiva e este “encara como uma verdadeira ressocialização. Uma liberdade e momento de expressão e compreensão dos fatos. A educação é direito universal, então, a PPL merece este acolhimento. Enquanto professor e supervisor até o ano de 2024, sempre lutei e lutarei pela Educação Prisional até porque a Educação de jovens e adultos resiste”.

Segundo os professores pesquisados no Apêndice C- 7, pesquisado de nº 1, “a educação muito presente e o trabalho na vida dos alunos não está inserido”. O entrevistado nº 2 “destaca como importantíssimo o papel da educação e do trabalho para as PPL, que são oportunidades de ressocialização”. O entrevistado nº 3 diz “que é uma realidade para os que saem em liberdade, é uma forma de a sociedades lhes aceitar”. Para o entrevistado nº 4, “o papel da educação e do trabalho é de conhecimento, de resgate, de pertencimento”.

O entrevistado nº 5 menciona “que esta percepção é de liberdade, que o pequeno tempo de duas horas neste contexto é o suficiente para esta percepção de vida”. Para o docente entrevistado de nº 5, “alguns alunos relatam através da oralidade e produção textual que o papel da Educação e Trabalho em suas vidas é a única esperança de uma nova chance na rua e na vida, é através da Educação”.

Dentre todos os entrevistados, até os que não identificam o trabalho na vida dos alunos reclusos, este se constitui como prática econômica, obviamente porque nós garantimos nossa existência, produzindo riquezas e satisfazendo necessidades. Na sociedade moderna, a relação econômica vai se tornando fundamento da profissionalização. Mas sob a perspectiva da integração entre trabalho, ciência e cultura, a profissionalização se opõe à redução da formação para o mercado de trabalho. Antes, ela incorpora valores ético-políticos e conteúdos históricos e científicos que caracterizam a práxis humana. Desta forma, é preciso pensar o trabalho como prática social, buscando a construção de um projeto de formação que

reconhece e valoriza o diverso, supera a dualidade histórica entre formação básica e formação profissional.

Na categoria 05 está identificada a organização dos espaços pedagógicos. As perguntas estão distribuídas no Quadro 9.

Quadro 9 — Organização dos espaços pedagógicos

Categoria Análise 05	Perguntas do Roteiro
Organização dos espaços pedagógicos	Apêndice B- 1) Como as escolas desses espaços se organizam ou como os sistemas prisionais determinam a organização das escolas no NEEJA? Apêndice B- 3) Como são feitas as distribuições de turmas nos espaços pedagógicos?

Fonte: elaborado pela autora.

Nessa categoria estaremos destacando a organização destes espaços educacionais, que são bastante relevantes no contexto prisional. Segundo o supervisor entrevistado, “as escolas desses espaços são organizadas e planejadas por meio do regimento padrão e plano político pedagógico, regimento interno e leis”.

“A escola é um espaço relacional, um espaço sujeito a compromissos, colaboração e participação” (Veiga, 2013, p. 160). Segundo a resposta do supervisor escolar, o espaço se configura por uma legislação específica através do sistema do ensino federal, estadual e municipal, é organizada pela equipe diretiva, professores, funcionários, pais e alunos, ou seja, em um espaço escolar, delineada pelo contexto desta comunidade escolar, regida pela constituição federal, leis de diretrizes e bases, plano nacional de educação e plano de educação para pessoas presas, parâmetros curriculares, dentre outros.

“As turmas são distribuídas com o apoio das técnicas, são elaboradas as listas de seleção de acordo com os atendimentos previstos. Eles podem ser inseridos nas turmas a qualquer momento. Todas as galerias com salas de aulas possuem modalidades de ensino. As aulas são semanais, distribuídas por casas prisionais, por exemplo. A casa PMEC possui aulas nas segundas e terças, nos três turnos, para

contemplar todas as “facções”⁶ do complexo. Há aulas no semiaberto, IPCH e CPA, também, porém, com mais acesso aos dias de aulas, justamente por serem com acesso aos estudantes mais flexibilizado e não possuírem a necessidade de deslocamento com algemas”. Os reclusos ocupam espaços da escola como momentos de socialização e construção de memórias, conforme são destacados estes momentos na galeria pedagógica do e-book digital. Nesta resposta o supervisor destaca com ênfase a relevância de construir e preservar memórias.

“A escola tem se configurado como espaço de encontro, de conversa, de diversão, de sociabilidade, sendo, muitas vezes o “único” lugar possível para expressividades de si, nas quais a presença e o olhar do outro se torna fundamental” (Garbin; Tonini, 2012, p. 15). No que diz respeito ao espaço físico, é importante destacar que as instalações devem ser adequadas para um trabalho educativo de qualidade e acessível a todos. Nesse sentido, discorre: os espaços constituídos – no tocante às instalações físicas dos ambientes de aprendizagem, como salas de aula convencionais, laboratórios, biblioteca, salas especializadas com equipamentos tecnológicos adequados, as tecnologias da informação e da comunicação e outros recursos tecnológicos - são fatores facilitadores para um trabalho educativo de qualidade, de acesso de todos (Brasil, 2010, p. 27). Entretanto, traz a ampliação dessa concepção de espaço físico na EPT, quando aponta a necessidade de tornar esse espaço em lugar de diálogos, de negociações, de coletividade e de trocas tanto em nível local quanto global (Brasil, 2010, p. 23).

No que diz respeito aos recursos tecnológicos, estes não são manuseados por questão de segurança, mas os espaços são constituídos de acordo com a realidade prisional e suas instalações físicas contribuem de forma positiva em um ambiente de aprendizagem.

Na categoria 06 estão disponibilizados os acessos dos reclusos nos espaços pedagógicos. As perguntas são apresentadas no Quadro 10.

Quadro 10 — Acessibilidade dos discentes

Categoria Análise 06	Perguntas do Roteiro
----------------------	----------------------

⁶ “Facção” é um substantivo feminino; uma reunião das pessoas que se comportam ou pensam de uma maneira diferente em relação às pessoas que fazem parte do seu próprio grupo, partido etc. Reunião daqueles que causam perturbação à ordem pública ou têm propósitos ilícitos: facção criminosa. Etimologia (origem da palavra facção). Do latim *factio.onis*, “poder ou direito de realizar, modo de agir, grupo de pessoas”. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/facciao/>. Acesso em: 1 jul. 2025.

Acessibilidade dos discentes	Apêndice B- 2) Como são disponibilizados os acessos aos reclusos?
------------------------------	---

Fonte: elaborado pela autora.

Nessa categoria está em destaque a acessibilidade das PPL. Segundo o supervisor, “os acessos são semanais, multisseriados, tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio”. Por tratar-se de uma escola de modelo formal, é regida por uma legislação específica, sendo organizada pela equipe diretiva, professores, delineada pelo contexto desta comunidade escolar. Por tratar-se de um modelo padronizado, seus conteúdos de aprendizagem são organizados de forma sistematizada, os componentes curriculares com caráter metódico e intencional, regida pela constituição federal, leis de diretrizes e bases, plano nacional de educação e plano de educação para pessoas presas, parâmetros curriculares, dentre outros.

A educação formal representa um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento de um profissional qualificado, ético e consciente de seu papel na sociedade. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 garante a educação como um direito de todos e um dever do Estado e da família, sendo essencial para o exercício da cidadania e para o progresso individual e coletivo. Nesse contexto, compreender a importância da educação formal na trajetória profissional é reconhecer seu papel estruturante na formação de competências, na inserção no mercado de trabalho e na promoção da equidade social.

A educação formal, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996), é estruturada em níveis e modalidades, garantindo uma progressão sistemática do conhecimento desde a educação básica até o ensino superior. Segundo o artigo 2º da LDB,

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Assim, a legislação brasileira reconhece o papel da educação formal como instrumento de formação integral do cidadão e de inserção qualificada no mercado de trabalho.

Na categoria 07 estão identificados os perfis dos alunos privados de liberdade. As perguntas são apresentadas no Quadro 11.

Quadro 11 — Perfil dos discentes

Categoria Análise 07	Perguntas do Roteiro
Perfil dos discentes	Apêndice B- 4) Quem são os alunos (perfil, idade, formação)

Fonte: elaborado pela autora.

Nessa categoria está destacado o perfil dos discentes. O supervisor escolar destaca que “oscila de 18 até 70 anos. A maioria, a grande porcentagem é matriculada no ensino fundamental”. É importante identificar este perfil, identificar a realidade deste aluno, vê-se, portanto, a necessidade de gestão da Organização dos Espaços Pedagógicos, a qual deve ser assumida pelo professor a partir do reconhecimento do seu papel no processo educativo, o qual pressupõe o respeito às condições pessoais e sociais dos seus alunos, bem como uma postura colaborativa e uma função mediadora da cultura a ser valorizada e socializada. O destaque na pesquisa é que a maioria dos estudantes são multisseriados, o ensino fundamental ocupa o maior número de alunos matriculados, contabilizado 342 (trezentos e quarenta dois alunos), muitos dos quais em fase de alfabetização e a minoria deles matriculados no ensino médio, contabilizando um total de 122 (cento e vinte dois alunos).

Na categoria 08, está destacada a formação dos docentes, quem são estes profissionais. As perguntas estão destacadas no Quadro 12.

Quadro 12 — Formação dos docentes

Categoria Análise 08	Perguntas do Roteiro
Formação dos docentes	Apêndice B- 5) Quem são os professores que atuam hoje no NEEJA, quais os perfis destes profissionais?

Fonte: elaborado pela autora.

Nessa categoria é importante destacar a formação dos docentes que atuam no núcleo estadual de educação Julieta Villamil Balestro. O entrevistado nº 01, este sendo o supervisor, destaca que “os professores, na maioria antigos, outros mais

novos, todos graduados e especializados (os mais antigos estão atuando há cerca de 05 anos a 12 anos). A composição atual, na sua maioria, é de profissionais contratados, com idade entre 35 anos e 50 anos”. Em roda de conversa, a equipe diretiva discute a intencionalidade do Pacto da EJA no quesito formação dos docentes, investimentos oportunizados para esta prática, apostando muito nela, sendo necessária a formação contínua de professores e gestores da EJA, quesito este considerado urgente diante dos desafios enfrentados por essa modalidade de ensino no Brasil.

De acordo com o Censo Demográfico de 2022, há 11,4 milhões de pessoas com 15 anos ou mais não alfabetizadas (O que o Censo 2022 [...], 2024). Além disso, segundo a PNAD Contínua (IBGE, 2023), 68 milhões de brasileiros com 18 anos ou mais não concluíram a educação básica. A taxa de analfabetismo entre a população negra, por exemplo, é mais que o dobro da registrada entre pessoas brancas. Além disso, 1.009 municípios brasileiros não possuem oferta de EJA, e 81% das pessoas privadas de liberdade não concluíram a educação básica. Esses dados reforçam a importância de iniciativas como o Pacto Nacional⁷, que busca promover o acesso à educação e combater as desigualdades estruturais no ensino.

Com um investimento de R\$ 4 bilhões nos próximos quatro anos, o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo integra diferentes estratégias para ampliar a oferta de ensino, como o Programa Brasil Alfabetizado, o Pro Jovem e a EJA integrada à Educação Profissional e Tecnológica.

Em relação ao papel do professor no âmbito escolar, a prática formativa nesse contexto é imprescindível, uma vez que ao formador é necessário, além das condições de preparação acadêmica, o conhecimento de conteúdos e técnicas de trabalho, bem como de um fazer metodológico que esteja alinhado à realidade. Dessa forma, sugere um trabalho reflexivo e de pesquisa, comprometido com a busca pela superação da concepção fragmentada da escola, mediante promoção da autonomia dos alunos (Brasil, 2010).

⁷ O Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos é uma política pública construída de forma colaborativa pelo Ministério da Educação (MEC) com a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. O Pacto reúne ações de articulação intersetorial implementadas com a participação de ministérios, da sociedade civil organizada, de organismos internacionais e do setor produtivo. As finalidades do Pacto são: superar o analfabetismo; elevar a escolaridade; ampliar a oferta de matrículas da educação de jovens e adultos (EJA) nos sistemas públicos de ensino, inclusive entre os estudantes privados de liberdade; e aumentar a oferta da EJA integrada à educação profissional (Brasil, 2024).

Nesse sentido, a docência no contexto da EPT não deve estar restrita à exigência de conhecimentos técnicos, mas demanda também saberes de cunho pedagógico (Barbosa; Machado; Afonso, 2020).

Saviani (2007) infere que é no trabalho docente que a concepção histórico-crítica pode apresentar os benefícios efetivos à promoção de uma educação de qualidade e acessível a todos. Portanto, entende-se que a organização e a gestão dos insumos pedagógicos (planejamento, didática, metodologia, avaliação) devem ser assumidas pelo docente, tanto no âmbito escolar como fora dos muros da escola, tanto no contexto presencial como virtual; uma vez que tais elementos são componentes dos Espaços Pedagógicos. É necessário atentar para a importância da compreensão, por parte do docente, dos condicionantes históricos e sociais da educação que ocorrem no âmbito escolar e fora dele. Portanto, um fazer docente reflexivo e crítico deve levar em conta o conhecimento das tendências pedagógicas presentes nos diversos contextos históricos e sociais. Nessa perspectiva, Saviani (2007) destaca que a PHC vem no sentido de superação das limitações das tendências pedagógicas tradicionais, a saber, o tecnicismo e o escolanovismo, as quais não atenderam aos fins educacionais esperados por desconsiderar os condicionantes sócio-históricos da educação.

Dessa forma, a tendência histórico-crítica sugere uma prática docente que considera a influência das relações sociais no processo de ensino e aprendizagem, bem como a necessidade de uma postura crítico-reflexiva por parte do professor, de quem se espera a adoção de um pensar/fazer fundados na lógica dialética, a qual viabiliza a superação do senso comum presente no contexto educacional e a aquisição de uma consciência filosófica, a partir de um processo de reflexão sobre a teoria (Saviani, 1991).

Na categoria 09, estão identificados os desafios e fatores facilitadores enfrentados no contexto escolar. As perguntas são apresentadas no Quadro 13.

Quadro 13 — Desafios e fatores facilitadores enfrentados neste contexto escolar

Categoria Análise 09	Perguntas do Roteiro
Desafios e fatores facilitadores enfrentados neste contexto escolar	Apêndice C- 1) Quais os principais desafios enfrentados no contexto de sala de aula e fatores facilitadores?

Fonte: elaborado pela autora.

Nessa categoria há o relato dos principais desafios enfrentados e fatores que contribuem para o contexto escolar. O entrevistado nº 1 relata que o principal desafio é trazer o aluno para a sala de aula e o facilitador é a oportunidade da realização deste processo. O segundo entrevistado menciona que a principal dificuldade é em relação à mobilidade dos alunos para acontecer a aprendizagem em sala de aula, dependendo muito da casa prisional. Também há as dificuldades quanto ao material didático e o diálogo entre as partes. Não foi mencionado nada como facilitador. O entrevistado de nº 4 também destaca que o fator enfrentado como dificuldade é o uso de materiais pedagógicos, a falta de tecnologia e cita que a expressão e fala dos alunos é um fator facilitador. O entrevistado nº 5 conta que o principal desafio é cumprir o cronograma de aulas, pois por muitos momentos não se consegue e ter aulas presenciais por falta de efetivo. O docente entrevistado de nº 6 destaca que o interesse dos alunos e persistência são fatores facilitadores; em contrapartida, a multisseriação, alunos com dificuldade de visão e audição são desafios vivenciados em sala de aula.

Na categoria 9 são destacados inúmeros desafios enfrentados no contexto de sala de aula, bem como os facilitadores. Desta forma, foi essencial adentrar e percorrer os caminhos da EJA no contexto prisional, assunto que está em destaque no Pacto da EJA. O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa-EJA é uma política de formação continuada para professores da EJA, incluindo aqueles que atuam em unidades prisionais. Seu foco é garantir o direito à alfabetização e ao letramento de forma inclusiva e contextualizada, sendo um direito garantido por lei aos custodiados, com o objetivo de promover a reintegração social por meio da escolarização. O entrevistado nº 5 destaca aqui a questão enfrentada no contexto das casas prisionais, falta de efetivo, material didático, acesso, inclusão e tecnologia, realidade também encontrada na realidade educacional de toda a sociedade. A intencionalidade e participação das pessoas privadas de liberdade é um fator facilitador, demonstrando seu direito garantido e previsto em lei:

- ✓ Lei de Execução Penal (LEP – Lei nº 7.210/1984) – Art. 17: “A assistência educacional compreende a instrução escolar e a formação profissional do preso” (Brasil, 1984).
- ✓ Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação para Jovens e Adultos em Situação de Privação de Liberdade (Resolução CNE nº 2/2010).

No ambiente prisional, o Pacto busca formar educadores capazes de: trabalhar com a realidade social do encarcerado; reconhecer a trajetória de vida dos reeducandos; aplicar uma pedagogia libertadora, baseada nos princípios de Paulo Freire, considerando aqui a multisseriação destaca pelo entrevistado nº 6.

Paulo Freire defendia que a educação deveria ser um ato de libertação, e não de domesticamento, conforme ele destaca: “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (Freire, 1987). Inspirado na pedagogia de Paulo Freire, o pacto propõe uma abordagem dialógica e libertadora, que reconhece o aluno como sujeito de direitos e produtor de conhecimento. Essa concepção é especialmente relevante no sistema prisional, onde a educação tem o potencial de romper com ciclos de violência e exclusão, promovendo a reinserção social e a dignidade humana.

Contudo, apesar dos avanços legais, ainda há desafios significativos, como a escassez de recursos, infraestrutura precária e preconceito institucional. Para que o pacto cumpra sua função, é necessário um comprometimento real com políticas educacionais efetivas e com a formação continuada dos docentes que atuam nessas unidades.

Assim, a implementação do Pacto da EJA nos presídios deve ser entendida como um passo fundamental na promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva e transformadora, como propunha Paulo Freire. Mais do que ensinar a ler e escrever, trata-se de ensinar a pensar criticamente e a reconstruir trajetórias de vida com dignidade.

Na categoria 10, serão mencionadas as estratégias para favorecimento do processo educativo Educação de Jovens e Adultos a Educação do Ensino Médio Integrado. As perguntas são apresentadas no Quadro 14.

Quadro 14 — Estratégias para favorecimento do processo educativo Educação de Jovens e Adultos a Educação do Ensino Médio Integrado

Categoria Análise 10	Perguntas do Roteiro
Estratégias para o favorecimento do processo educativo Educação de Jovens e Adultos a Educação do Ensino Médio Integrado	Apêndice C- 2) Quais as suas estratégias para favorecer o processo educativo na EJA ao EMI?

	Apêndice C- 3) Quais as estratégias para garantir a formação e capacitação dos profissionais ligados à educação no sistema prisional? Apêndice C- 4) Você consegue relacionar diretamente o trabalho prisional com o mundo do trabalho contemporâneo? Se sim, de que forma e se não, quais seriam as dificuldades para a realização desta comparação? Apêndice C- 6) Quais estratégias estão sendo desenvolvidas para a ampliação da oferta de atividades educacionais formais e não formais no NEEJA do sistema prisional?
--	--

Fonte: elaborado pela autora.

Nessa categoria destacam-se as estratégias para o favorecimento do processo educativo Educação de Jovens e Adultos a Educação do Ensino Médio Integrado se estas ocorrem. Referente às perguntas do Apêndice C, pergunta 3, o entrevistado nº 1 “não soube responder”; o nº 2 “informa que a estratégia utilizada na EJA é projeto. Procuram e organizam projetos para alcançarem toda a modalidade”. O entrevistado de nº 3 diz que estas são adotadas “com materiais impressos e demonstrações de conhecimentos dos alunos”. O entrevistado de nº 4 informa “que ocorrem através de muita conversa, textos, debates, sobre assuntos diversos, através de dinâmicas com criação de cartazes, folders”. O entrevistado de nº 6 diz que as estratégias “ocorrerão quando legalizar o processo, uma vez que nossas leis estão desatualizadas, bastando ter por base o regimento padrão, que não é modificado por anos”. O docente entrevistado de nº 6 menciona que ocorrem atividades não infantilizadas, buscando por assuntos que sejam pertinentes e interessantes a pessoas PPL e coerentes com os objetivos e habilidades a serem desenvolvidas em cada ano.

Todas as entrevistas respondidas na categoria 10 demonstram a realidade e a trajetória do Proeja, explicitando o grau de complexidade de implementação de uma

proposta de formação integrada para jovens e adultos, sobretudo, por se tratar de processos formativos diretamente relacionados a sujeitos que estão à margem da sociedade, em uma conjuntura histórica assentada no modelo de desenvolvimento econômico dependente. Outro desafio que se coloca para as instituições de ensino é a organização de um currículo que integre os conhecimentos gerais com os específicos para uma formação técnica, um currículo contextualizado e significativo a partir das realidades de trabalho e vida desses jovens e adultos. A proposta pedagógica do Proeja alia os direitos fundamentais de jovens e adultos à educação e ao trabalho e deve, portanto, ser assumida pelo Estado como política pública, garantindo a continuidade das suas ações e do seu financiamento. É também fundamentada no conceito de educação continuada, na valorização dos conhecimentos, saberes e culturas das camadas populares e na formação de qualidade, pressuposta nos marcos da educação integral e que de fato são desafiadoras e ainda não administradas na trajetória do Proeja.

Nas respostas são identificadas diversas lacunas principalmente as destacadas pelo entrevistado nº 6, que menciona a legislação como documento preponderante, sendo importante considerar uma colaboração mútua que deverá contribuir para que os sistemas e redes públicas de ensino, que atuam/atuarão em uma educação integrada, possam fazê-lo a partir de soluções adequadas para questões centrais como: financiamento; existência de quadro específico de professores efetivos para atuar nos diversos cursos; formação inicial e continuada de docentes, técnicos administrativos e equipes dirigentes; infraestrutura física necessária a cada tipo de instituição, entre outros aspectos relevantes. Uma política educacional dessa natureza requer sua articulação com outras políticas setoriais vinculadas a diversos ministérios responsáveis por políticas públicas estruturantes da sociedade brasileira.

Portanto, pensar a educação integrada como política pública educacional exige pensá-la também na perspectiva de sua contribuição para a consolidação das políticas de ciência e tecnologia, de geração de emprego e renda, de desenvolvimento agrário, de saúde pública, de desenvolvimento da indústria e do comércio, entre outras. Enfim, é preciso buscar o seu papel estratégico no marco de um projeto de desenvolvimento socioeconômico do Estado brasileiro.

A pergunta 3, do Apêndice C, no que diz respeito às estratégias para garantir a formação de capacitação dos profissionais ligados à educação no sistema prisional, o entrevistado de nº 1 diz “que o Governo Estadual está proporcionando informação, no

entanto, é necessário muito mais, como mostrar para o professor a realidade prisional”. Neste contexto é destacada pelos docentes a perspectiva do Pacto Nacional. O entrevistado de nº 2 informa “que estão ocorrendo, através de palestras, reuniões mensais, conselhos de classes”. O entrevistado de nº 3 comenta que isso acontece “usando o conhecimento trazido pelos alunos, e explorando a teoria com a prática”. O entrevistado de nº 3 diz que “busca sempre participar de cursos e formações ligadas à educação prisional”. O entrevistado nº 5 acredita que uma estratégia é “trazer pessoas capacitadas no Neeja prisional, mas que é difícil encontrar pessoas formadas e especialistas neste propósito”. As respostas trazidas pelos entrevistados de nº 3 e 5 demonstram algo que tem sido desenvolvido e pensado na perspectiva de “Círculo de Cultura e Cartas Pedagógicas” desenvolvido no Pacto Nacional EJA, nas metodologias de Freire. O docente entrevistado de nº 4 e 6 não responderam a esta pergunta.

Quanto a relacionar diretamente o trabalho prisional com o mundo do trabalho contemporâneo, pergunta do Apêndice C, pergunta 4, o entrevistado de nº 1 “diz que não consegue relacionar, que somente o trabalho de certificação no momento”. O entrevistado de nº 2 comenta: “somente trabalho o tempo inteiro”. Os entrevistados 1 e 2 associam o trabalho compreendido e como prática econômica, (sentido histórico associado ao modo de produção), bem como o entrevistado de nº 5. O entrevistado de nº 3 “diz que é difícil, pois não podem usar a informática, somente com a teoria do dia a dia e que ocorrem somente as certificações”. A realidade apresentada pelo entrevistado de nº 4 “alega que não, por falta do uso das tecnologias”. O entrevistado de nº 5 menciona “que sim, trabalhamos com contexto “fora das grades”, justamente para que este aluno privado entenda o contexto da sua “liberdade”, sendo esta, de forma contemporânea, uma busca de novas oportunidades, inclusive de trabalho e ressocialização com o mundo”. O docente entrevistado de nº 6 relata que “em algumas casas prisionais, sim, através da leitura, interpretação de letras de música e escuta das mesmas, rodas de conversas e reflexões de reportagens atuais de acordo com os acontecimentos diários do mundo, porém, em algumas casas prisionais por questões de segurança os recursos permitidos a serem utilizados são mais restritos, tornando-se mais desafiador o processo de ensino/aprendizagem”. O entrevistado de nº 6 apresenta a realidade do sistema prisional dos recursos tecnológicos, que é um desafio a ser superado e a educação não formal que contribui para o ensino e aprendizagem do recluso.

O contexto prisional ainda traz a concepção de trabalho fortemente associado ao modo de produção. A ideia de contextualizar o trabalho prisional com o mundo do trabalho contemporâneo consiste na formação integrada dos sujeitos, superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e ação de pensar, dirigir ou planejar, trata-se de superar a redução da preparação do trabalho ao seu aspecto operacional e braçal. O que se busca é o trabalho compreendido como realização humana inerente ao ser (sentido ontológico), a ciência compreendida como os conhecimentos produzidos pela humanidade, que possibilitam o contraditório avanço das forças produtivas; e a cultura, correspondentes aos valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade.

Ciavatta (2012), ao se propor a refletir sobre o que é ou que pode vir a ser a formação integrada, pergunta: o que é integrar? A autora remete o termo ao seu sentido de completude, de compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso, o que implica tratar a educação como uma totalidade social, isto é, nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos. No caso da formação integrada ou do ensino médio integrado ao ensino técnico, o que se quer com a concepção de educação integrada é que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos em que se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos, como a formação inicial, o ensino técnico, tecnológico ou superior. Significa que buscamos enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos.

A pergunta de quais as estratégias estão sendo desenvolvidas para a ampliação da oferta de atividades educacionais formais e não formais no NEEJA do sistema prisional, do Apêndice C, de nº 6, o entrevistado de nº 1 “menciona a remissão pela leitura”. O entrevistado de nº 2 destaca “a preparação para o Enceja, remissão da leitura”. O entrevistado de nº 3 acredita que “os alunos ganham a liberdade, prosseguem com os estudos, a busca de uma vida melhor”. O entrevistado de nº 4 menciona “as palestras, debates, materiais impressos”. O entrevistado de nº 5 acrescenta “as estratégias de formação do Ensino Fundamental e Ensino Médio e os projetos de exames nacionais (Enceja e Enem)”. O docente entrevistado de nº 6 “destaca as reuniões semanais com a direção, supervisão e professores buscando

ampliar e compartilhar experiências bem sucedidas com o foco em pesquisa de novas possibilidades e práticas na Educação Prisional”.

Os entrevistados destacam que, dentre as estratégias desenvolvidas pela oferta de atividades educacionais formais e não formais, vêm ocorrendo, dentro das suas possibilidades, que são a remição pela leitura destacada pelo entrevistado de nº 1 e 2, as certificações, destaque nas entrevistas de nº 2 e 5.

Ainda conforme destacado, é fomentado o compartilhamento de experiências bem sucedidas nas reuniões pedagógicas para priorizar melhorias das práticas na educação prisional. É necessário que se aprofunde mais, estão em busca de aperfeiçoar as práticas pedagógicas, pois os modelos atuais permanecem reproduzindo modelos culturais de estratos sociais diversos daqueles dos educandos, acarretando o fracasso escolar e a chamada evasão (Brasil, 2007b) e mantendo uma organização escolar que também não considera as características desses sujeitos. Os regimentos, a organização dos tempos e dos espaços e as condições de permanência ainda se espelham nas lógicas dos chamados alunos regulares.

Na categoria 11 é citada a participação da qualificação profissional às pessoas privadas de liberdade. As perguntas são apresentadas no Quadro 15.

Quadro 15 — Participação da qualificação profissional às pessoas privadas de liberdade

Categoria Análise 11	Perguntas do Roteiro
Participação da qualificação profissional às pessoas privadas de liberdade	Apêndice C- 5) Quais as estratégias do NEEJA com a participação da sociedade civil para fomentar a qualificação profissional às PPL?

Fonte: elaborado pela autora.

Nessa categoria, destaca-se a participação da sociedade civil ou não com as qualificações profissionais destinadas às pessoas privadas de liberdade. O entrevistado de nº 1 diz que “nenhuma”, o entrevistado de nº 2, também comenta que não há a participação da sociedade civil de forma concreta”. O entrevistado de nº 3 comenta que “o Neeja tenta buscar parcerias com a realidade e o núcleo prisional”.

O entrevistado de nº 4 “afirma que atendem com palestras, e remição pela leitura”. O entrevistado de nº 5 diz “que a qualificação parte apenas com o apoio do

DTP, que é o departamento responsável pela educação na Susepe, projetos e parcerias próprias da escola com palestrantes envolvidos com a realidade do complexo prisional”. O entrevistado de nº 6 “relata que buscam sempre atualizar os alunos de acordo com as possibilidades e atribuições sobre exigências de aprendizagens para uma possível e futura oportunidade de emprego, os alunos são preparados para o Enceja e Enem valorizando e fazendo o aluno PPL reacreditar no seu próprio potencial”.

Nessa categoria, conforme destacam os entrevistados 1, 2, 3, não estão ocorrendo conforme determinam as metas constantes no Plano de Educação para Pessoas Presas. O entrevistado 4 identifica que apenas a remição da leitura vem ocorrendo. Outro fator destacado pelo entrevistado 6 é que os exames nacionais que são ofertados aos reclusos através da participação voluntária e cuja certificação é emitida pela Seduc/ Coordenadorias Regionais de Educação, são realizados pelos professores do Neeja Prisional e vêm sendo incentivados e conduzidos ao longo do processo educativo, oportunizando não somente a remição da pena pelo estudo, mas também aumentando as possibilidades de ingresso ao ensino superior.

As ações apoiadas e financiadas com recursos do Governo Federal, do Plano de Ações Articuladas, PAR, têm uma série de recursos para aplicação na oferta de educação formal aos estudantes presos e egressos dos sistemas prisionais, porém percebe-se que a rede de parceria não vem atuando conforme o esperado. O entrevistado nº 5 destaca a participação DTP- Departamento de Tratamento Penal como um importante parceiro que desenvolve atividades pertinentes no Neeja Julieta Villamil Balestro.

4 PROPOSTA DE PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional proposto é resultado da pesquisa desenvolvida no âmbito do ProfEPT, no IFSUL, no Campus Charqueadas, sob a linha de pesquisa "Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica." O e-book, intitulado "Organização e Memórias na Educação Profissional do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos Julieta Balestro", é o produto de uma pesquisa que visa resgatar a história e memórias do Neeja Julieta Villamil Balestro e compreender o espaço educacional e estrutura do currículo integrado do Proeja à Educação Profissional Tecnológica.

A EPT é uma modalidade educacional prevista na Lei n.º 9.394/1996, com a finalidade precípua de preparar "para o exercício de profissões", contribuindo para que o cidadão possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade (Brasil, 1996). Abrange diversos níveis de ensino, incluindo cursos de qualificação, habilitação técnica e tecnológica, bem como programas de pós-graduação e se configura como um importante canal de acesso à qualificação profissional. Ademais, desempenha um papel crucial no desenvolvimento de competências capazes de atender às demandas da sociedade contemporânea, qual seja, capacitar os estudantes com habilidades práticas, conhecimentos técnicos e competências profissionais que possibilitem a formação de cidadãos preparados para atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade, de maneira responsável, ética e comprometida com o progresso social e econômico.

O ProfEPT, por sua vez, é uma política pública do governo federal que busca proporcionar formação em EPT aos profissionais da RFEPCT. Visa tanto à produção de conhecimento quanto ao desenvolvimento de produtos, por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes do mundo do trabalho com o conhecimento sistematizado pertinente à educação profissional, na perspectiva de melhoria dos processos educativos e de gestão em espaços formais e não formais. Um dos elementos constituintes das pesquisas desenvolvidas nessa modalidade é o produto educacional, que desempenha um papel essencial no meio acadêmico e no ambiente educacional em função da sua aplicabilidade prática. Ao criar um produto educacional, os pesquisadores estão focados em gerar algo tangível oriundo de um processo produzido a partir de uma atividade de pesquisa, que pode ser aplicado diretamente no ambiente educacional. Isso significa que a pesquisa não se limita ao âmbito teórico,

mas se traduz em soluções práticas para os desafios reais enfrentados pelos profissionais da educação.

De acordo com a definição da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), um Produto Educacional é

[...] um processo ou produto educativo aplicado em condições reais de sala de aula ou outros espaços de ensino, em formato artesanal ou em protótipo. Esse produto pode ser, por exemplo, uma sequência didática, um aplicativo computacional, um jogo, um vídeo, um conjunto de videoaulas, um equipamento, uma exposição, entre outros. A dissertação/tese deve ser uma reflexão sobre a elaboração e aplicação do produto educacional respaldado no referencial teórico metodológico escolhido (Brasil, 2019, p. 5).

Segundo Moreira (2004, p. 134), a pesquisa no mestrado profissional em ensino deve ser

[...] aplicada, descrevendo o desenvolvimento de processos ou produtos de natureza educacional, visando à melhoria do ensino na área específica, sugerindo-se fortemente que, em forma e conteúdo, este trabalho se constitua em material que possa ser utilizado por outros profissionais.

Essa aplicabilidade direta é particularmente valiosa em um contexto de mestrado profissional, beneficiando não apenas os pesquisadores, mas também a comunidade educacional como um todo, ao melhorar a qualidade.

Segundo Bessemer e Treffinger (1981, p. 158), um produto educacional “deve ser elaborado com intuito de responder a uma pergunta/problema oriunda do campo de prática profissional, podendo ser um artefato real ou virtual, ou ainda, um processo”.

Face ao exposto, este estudo se propôs a desenvolver um produto educacional que abrangesse um conjunto de ações voltadas à história e as memórias do Neeja Julieta Villamil Balestro, com ênfase no resgate da memória deste espaço pedagógico em um contexto bastante peculiar. Para isso, elaboramos este e-book no intuito de registrar e compartilhar com a comunidade acadêmica do IFSUL, assim como com a sociedade em geral, os desafios e as ações empreendidas pelos seus dirigentes frente ao contexto desafiador e para dar continuidade ao processo de ensino e de aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos alinhada ao currículo integrado à Educação Profissional e Tecnológica.

A versão digital do produto educacional “Organização e Memórias na Educação Profissional do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos Julieta Villamil Balestro” foi submetida na plataforma Educapes encontra-se disponível no link: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/1132245>.

4.1 CONSTRUÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Com base nos resultados das análises e das pesquisas bibliográficas e documentais, e das pesquisas com os professores, diretores, professores e servidores do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos Julieta Villamil Balestro, rodas de conversas, entrevistas com questionários elaborados e impressos, foram alcançados os objetivos propostos do projeto e elaborado um e-book digital.

O e-book é “um convite à leitura do produto educacional que assume a forma de um e-book (livro digital), um formato escolhido devido à sua natureza tecnológica, que se alinha com a crescente utilização da internet na sociedade contemporânea” (Silva *et al.*, 2020 *apud* Gerlach; Santos, 2023, p. 10).

As ferramentas utilizadas para a produção do e-book foram os instrumentos de Adobe, geração de imagem por inteligência artificial via Open AI, recursos de *Google meet*, que serviram de sustentação para a elaboração gráfica desse livro digital.

O e-book digital busca, através da memória, compreender a relação entre o ser humano e o meio, entre o sujeito e a sociedade e as intencionalidades de uma materialidade educacional, num dado tempo e espaço e, desta forma, para que os sujeitos reafirmem sua identidade é imprescindível que conheçam e entendam sua história, que entendam o sentimento de pertencimento e que reconstituam e preservem sua memória e neste produto aquelas relacionadas às experiências individuais e coletivas associadas à Educação Profissional e Tecnológica.

Na elaboração, o guia foi analisado sob a perspectiva dos três eixos temáticos de Kaplún (2003): o eixo conceitual, o eixo pedagógico e o eixo comunicacional. O primeiro é o eixo conceitual, que diz respeito ao embasamento teórico, aos autores e ideias utilizados como referência. Ou seja:

Eixo conceitual: escolha das ideias centrais abordadas pelo material, bem como o tema ou temas principais geradores de experiências de aprendizado. Para tanto, conhecer os debates em torno do tema e a opinião de autores sobre o assunto ajudará a compor o material educativo. É importante também conhecer os sujeitos a quem se destina o material para entender o que sabem, pensam, querem, imaginam e ignoram sobre o tema em questão e quais das suas necessidades poderiam ser respondidas pelo material (Leite, 2018, p. 334).

O segundo eixo é o pedagógico e diz respeito à maneira como as ideias serão repassadas ao público-alvo: alunos, professores e gestores, a fim de se construírem reflexões acerca de um determinado assunto, isto é:

Eixo pedagógico: é o articulador principal de um material educativo. Ele expressa o caminho que estamos convidando alguém a percorrer, quais pessoas estamos convidando e onde se encontram essas pessoas antes de partirmos [...] por meio do itinerário pedagógico estabelecemos onde o destinatário está em relação ao eixo conceitual proposto com a intenção de construirmos uma nova percepção sobre o tema (Leite, 2018, p. 334).

O terceiro eixo comunicacional apresenta como o produto é materializado em termos de mensagem, formato e linguagem em uma ligação concreta com os destinatários (Kaplún, 2003). Ele diz respeito à linguagem utilizada, sempre com o objetivo de que a ideia transmitida atinja o receptor e provoque reflexão e aprendizado. “Diz respeito ao formato, diagramação e linguagem empregada no material educativo. Esse eixo propõe que, pelo tipo de figura retórica ou poética sejam criados modos concretos de relação com os destinatários” (Leite, 2018, p. 334).

O e-book digital foi construído pela presença de referenciais teóricos que embasaram a apresentação da temática do produto; o diagnóstico do cenário em que se encontrava e seus sujeitos, o produto escolhido tornou-se um facilitador pois a primeira ideia de construção era um documentário para resgate desta memória e, como os recursos tecnológicos que seriam essenciais para esta construção seria uma barreira a ser enfrentada devido ao fator segurança estar fortemente presente na instituição e ainda a falta de conhecimentos técnicos da pesquisadora, haveria a necessidade de apoio de um profissional adequado para utilização dos recursos tecnológicos.

Segundo Kaplún (2003), o eixo conceitual em um produto educativo se refere à base de conhecimento que o sustenta. O e-book foi construído como base na pesquisa sobre organização e memórias, incluindo o que os autores falam sobre o assunto. Essa análise contribuiu para a elaboração do e-book, atendendo os objetivos relacionados a conhecer a organização e resgatar as memórias da EPT do Nejja Julieta Villamil Balestro, bem como analisar a organização dos espaços pedagógicos e a compreensão da estrutura do currículo integrado do Proeja à EPT.

Com a inclusão de elementos como apresentação e sumário, os quais facilitam a consulta seletiva dos conteúdos, a estrutura do guia alinha-se à proposta de Kaplún (2003). Para avaliar a aplicabilidade dessa proposta, o e-book foi apresentado no dia da formação pedagógica dos docentes no dia vinte e três de abril do ano de 2025, a um público-alvo composto por professores, equipe pedagógica e direção que compõem o Neeja.

No eixo pedagógico, Kaplún (2003) sugere o caminho a ser percorrido na elaboração do guia com base na determinação dos destinatários, os docentes e equipe diretiva, identificando ideias e a construção de conceitos a serem trabalhados. A faixa etária deve ser levada em conta para um material com efetiva ação, e conforme Kaplún (2003, p. 54) “[...] estamos convidando alguém a percorrer, que pessoas estamos convidando e onde estão essas pessoas antes de partir”.

Com relação ao eixo pedagógico, houve a interação com os sujeitos. O e-book expressou um caminho, convidando-os a refletir sobre a importância de um produto que conta a trajetória do Neeja, os sujeitos envolvidos no processo, o sentimento de pertencimento, valorização e visibilidade da Educação de Jovens e Adultos neste contexto. Espera-se que a equipe sensibilize e valorize todos os públicos envolvidos diretamente com a educação que ocorre neste contexto, sejam os docentes, discentes, agentes penitenciários, assistentes sociais, direção prisional, etc.

Durante a aplicação dos questionários e entrevistas aos participantes da pesquisa, constatou-se que alguns professores apresentavam falta de conhecimento com relação à história e identidade do núcleo, sua existência, correlações do nome do Neeja com a Sra. Julieta Villamil Balestro e a riqueza dos materiais pedagógicos desenvolvidos com os sujeitos de multisséries e ainda pessoas com deficiências. O eixo pedagógico de Kaplún (2003) destaca a importância de o produto educacional ser relacionado às necessidades de quem se destina.

A estrutura do e-book apresenta claramente o objetivo de pesquisa, contendo desde a história da instituição educacional, suas memórias, os espaços planejados e organizados, permitindo que docentes e discentes e público em geral conheçam e reconheçam o processo e o trabalho educacional que é praticado nas casas prisionais para as pessoas privadas de liberdade, que acessem, compartilhem e utilizem este recurso digital.

Kaplún (2003, p. 49) afirma que:

[...] lhe propomos um caminho, que ele é convidado a percorrer uma nova perspectiva que queremos abrir para ele, ou que lhe propomos que descubra. Ao fim desse caminho, poderá ele, ou não, ter efetivamente mudado ou ter enriquecido algumas de suas concepções, percepções, valores etc. De qualquer maneira, a possibilidade estará aberta.

Elaborar um produto educacional causa insegurança, incertezas e medo. Durante a apresentação deste, foi notória a receptividade do e-book, e ver o orgulho do público em reconhecer e compreender o seu trabalho neste contexto é algo muito

rico. A elaboração do produto educacional está relacionada às compreensões, concepções e valores sobre o objeto de pesquisa: “Organização e Memórias na Educação Profissional e Tecnológica do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos Julieta Villamil Balestro”, conforme evidenciado nas respostas dos questionários e entrevistas aplicados anteriormente.

Em relação ao eixo comunicacional, Kaplún (2003, p. 54) afirma que:

[a]inda que o importante seja o caminho, pode ser que, novamente, se deva rever algumas de nossas definições anteriores: se formos de carro, alguns caminhos não são adequados, porque só podem ser feitos a pé, inclusive para que se vejam melhor certos detalhes que não são vistos da janela de um carro.

Conforme proposto por Kaplún (2003), o eixo comunicacional materializa as ideias construídas e conceituadas na etapa anterior, adaptando o formato e a linguagem do produto educacional às características e necessidades do público-alvo. Desenvolvido a partir de documentos oficiais do Instituto, o e-book apresenta informações relevantes para o Neeja, podendo servir como modelo para a divulgação da educação que ocorre no contexto prisional, demonstrando a aplicabilidade da metodologia utilizada e contribuindo para a padronização e divulgação de informações importantes.

Kaplún (2003, p. 58) destaca a escolha no eixo comunicacional, afirmando que “sem levar em conta o destinatário da mensagem, sem nenhum esforço comunicacional específico, começa a surgir um longo texto que acumula informação sobre o tema, muito correta tecnicamente, mas pouco útil pedagogicamente e de leitura pesada”. Nesse sentido, propõe-se que a apresentação do e-book priorize o aspecto visual, utilizando imagens, poucos textos e links relevantes, favorecendo uma aplicabilidade e tornando-o mais atrativo aos leitores.

Na etapa de elaboração do guia, foram tomados cuidados com a apresentação e conteúdo, pois esses elementos transmitem aos sujeitos envolvidos a dimensão do conhecimento pretendido com o produto educacional. Com base nos eixos pedagógico e comunicacional, a linguagem utilizada buscou ser clara, objetiva e acessível associada à sequência de ideias nos textos.

A estética e a organização das ideias foram analisadas buscando evidenciar o entendimento entre o texto verbal e os elementos visuais, proporcionando uma leitura de fácil compreensão e favorecendo a aplicabilidade do produto educacional, tornando-o atrativo e de leitura agradável. Além disso, procurou-se evitar termos

excessivamente técnicos, utilizando uma linguagem acessível, sendo esses aspectos fundamentais para a escrita do conteúdo.

Com base nos três eixos citados anteriormente, foram realizados alguns questionamentos ao próprio pesquisador, durante a elaboração do produto educacional, refletindo de forma mais clara e objetiva a que e a quem se propõe:

- 1) Como o e-book pode contribuir para a melhoria da educação no contexto prisional?
- 2) O e-book como produto educacional pode impactar os docentes e estudantes do sistema prisional?
- 3) O PE pode impactar os servidores públicos de um modo geral quanto à importância da identidade institucional do NEEJA e seus sujeitos?
- 4) Você sente-se pertencente e integrante da memória e identidade do NEEJA Julieta Villamil Balestro?
- 5) O e-book contribui de forma positiva para o resgate da memória, história e identidade do NEEJA Julieta Villamil Balestro?
- 6) Através do e-book, foi possível compreender como se estruturam são planejados os espaços pedagógicos do NEEJA Julieta Villamil Balestro?
- 7) Quanto ao layout e à apresentação dos conteúdos do e-book:
- 8) Comente.

Com relação ao contexto da EPT, para a elaboração do produto educacional, foi considerada a forma como se estrutura o currículo integrado ao Proeja, buscando compreender a prática pedagógica, que é fundamental para uma educação contextualizada e coerente, especialmente no ambiente das prisões. Dessa forma, busca-se atender as necessidades dos educandos, e desta forma, promover uma prática pedagógica que seja inclusiva e emancipadora, refletindo e construindo caminhos que contribuem para uma educação profissional e considerando o trabalho como princípio educativo com o desafio de promover uma formação integral humana de modo a preparar o estudante para o mundo de trabalho.

Após a definição e elaboração, o e-book foi submetido à avaliação pelos participantes da pesquisa através de um questionário com oito perguntas abertas e fechadas no período de formação dos docentes e com o objetivo de obter sugestões para a sua melhoria, apoiando-se nas definições de Kaplún (2003) e Leite (2018).

4.2 APLICAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

A avaliação do produto educacional, o e-book digital, avaliado pelos servidores do NEEJA Julieta Balestro na formação pedagógica mensal ocorrida no dia 23/04/25, no Instituto Federal Rio Grandense do Campus de Charqueadas, com a criação do questionário semiestruturado com questões abertas e fechadas, preenchido de forma presencial (Apêndice D).

O questionário foi elaborado em linguagem simples, oportunizando que opiniões e sugestões fossem dadas pelos participantes com o objetivo de construir o e-book, podendo ser utilizado como um produto educacional. O material foi composto de oito perguntas, dividido nos três eixos de Kaplún (2003).

Quadro 16 — Identificação das perguntas do questionário de avaliação

Pergunta	Identificação
5 e 6	Eixo conceitual
1 e 2	Eixo pedagógico
3, 4, 7 e 8	Eixo comunicacional

Fonte: elaborado pela autora (2024).

As perguntas 1 e 2 são relacionadas ao eixo pedagógico; as perguntas 5 e 6 são do eixo conceitual; e as perguntas de 3, 4, 7 e 8, correspondem ao eixo comunicacional.

Ao total, obtivemos o retorno de 10 participantes na pedagógica realizada no dia 23/04/25, sendo este o público que contribuiu para a avaliação do e-book.

Utilizando a plataforma Google Forms, foi construída a avaliação do e-book e foi aplicado o questionário no evento. A amostra foi composta, em sua maioria, por docentes e ainda pela equipe pedagógica e diretiva do Neeja Julieta Villamil Balestro.

As perguntas 1 e 8 são perguntas abertas, e, para preservar a identidade dos sujeitos respondentes, eles foram identificados com a letra “R”, uma codificação para respondente e um número correspondendo à quantidade de pessoas pesquisadas.

A pergunta 1 é aberta e confere se o produto educacional pode contribuir para a melhoria da educação no contexto prisional, obtendo-se assim uma contribuição

para a melhoria da educação. Nas perguntas fechadas, de resposta única, as opções para marcação foram: Sim e Não.

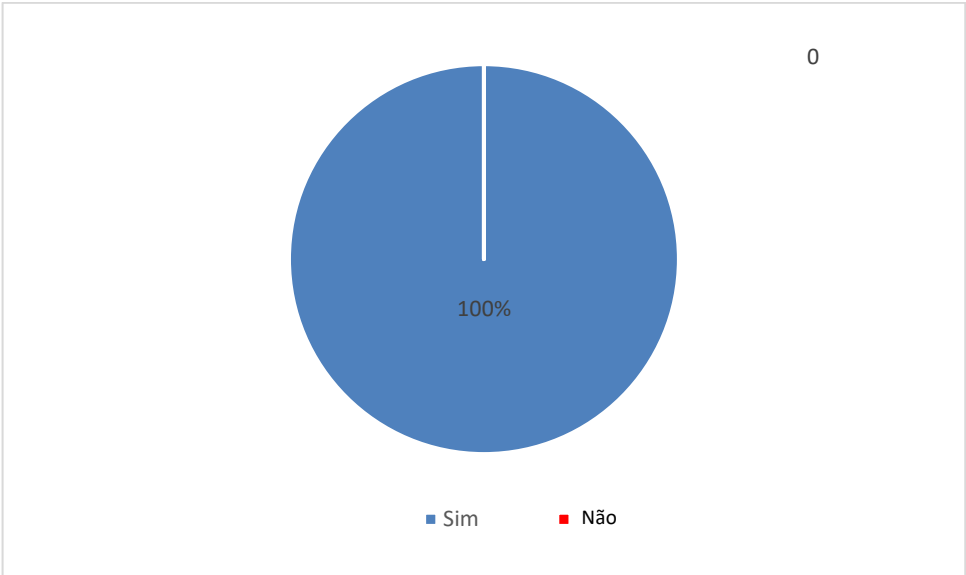
Quadro 17 — Como o e-book pode contribuir para a melhoria da educação no contexto prisional

R1	De forma reflexiva e prática para a sociedade e também profissionais que atuam diretamente com os alunos PPL, como os agentes, assistentes sociais, técnicas e os que estão frente a frente com os alunos diariamente, os professores.
R2	Apresentando um conceito de aprendizagem e assim auxiliando no ensino
R3	Dar visibilidade para o trabalho realizado no Núcleo
R4	Expandindo o conhecimento da educação prisional
R5	Ele é uma forma de conhecimento de algo/história tão rica e que quase não há registros disponíveis ao público em geral.
R6	Deixando registrado conhecimento sobre o tema proposto que quase não se encontra e servindo de norte para futuras pesquisas e melhorias nesse sistema educacional
R7	Referencial importante, necessário o registro para a memória e significado do trabalho prisional
R8	Contribui para mostrar que há educação para os privados de liberdade, que realmente todos têm acesso à educação independentemente de onde estão.
R9	Contribui para divulgação do trabalho de excelência que é realizado na educação prisional
R10	Pelo esclarecimento para a sociedade onde podemos ressocializar os apenados

Fonte: elaborado pela autora (2024).

Conforme demonstrado no gráfico 1, há a avaliação do impacto do produto. O e-book digital revelou que 100% dos respondentes concordaram com a afirmação de que o e-book pode impactar os docentes e estudantes do sistema prisional.

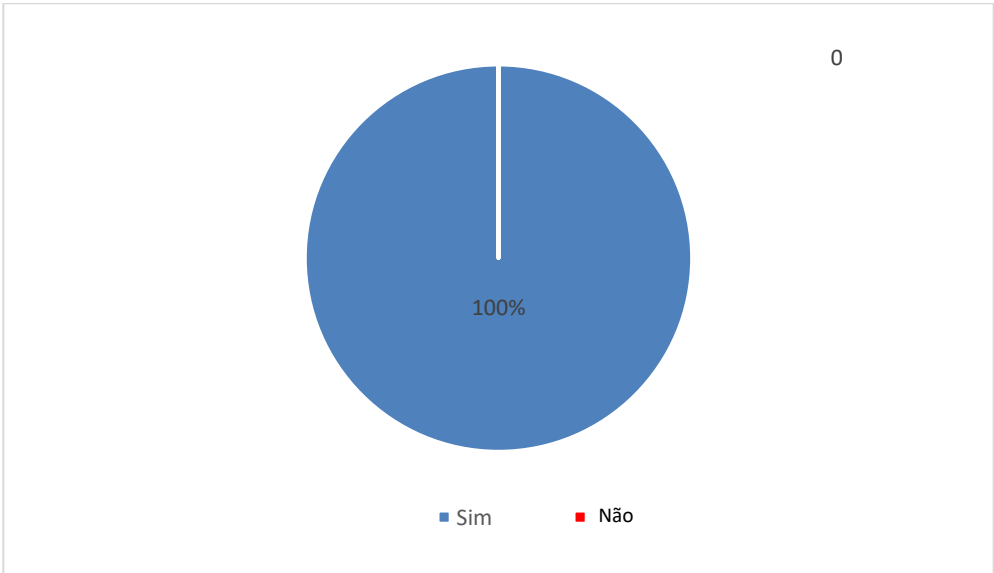
Gráfico 1 — O e-book como produto educacional pode impactar os docentes e estudantes do sistema prisional?



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Conforme destacado no gráfico 2, a pesquisa serve para a avaliação do PE, se ele pode impactar os servidores públicos, sejam eles os agentes penais, assistentes sociais, demais técnicos e servidores, identificando a importância da identidade institucional, de que forma o Núcleo e as pessoas envolvidas impactam os sujeitos, o grupo entrevistado acredita que sim e pode ser um motivo de sensibilização.

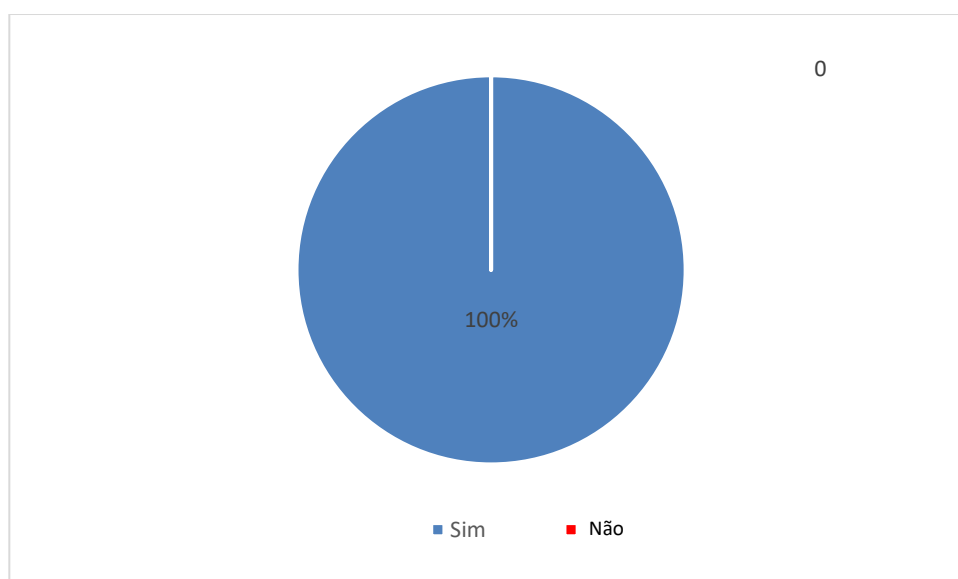
Gráfico 2 — O produto educacional pode impactar os servidores públicos de um modo geral quanto à importância da identidade institucional do Neeja e seus sujeitos?



Fonte: elaborado pela autora (2024).

O gráfico 3 diz respeito ao pertencimento e se os respondentes se sentem integrantes da memória e identidade do Neeja. Reafirmar sua identidade é imprescindível, desta forma, os sujeitos devem conhecer e entender sua história, para a preservação da memória. Nas rodas de conversas foi destacada a falta de conhecimento de alguns novos integrantes sobre a constituição do Neeja e por que resgatar esta memória e história, que deve ser uma existência viva, conhecida e preservada. Todos os entrevistados, após a apresentação e contextualizações, compreendem e sentem-se pertencentes e integrantes.

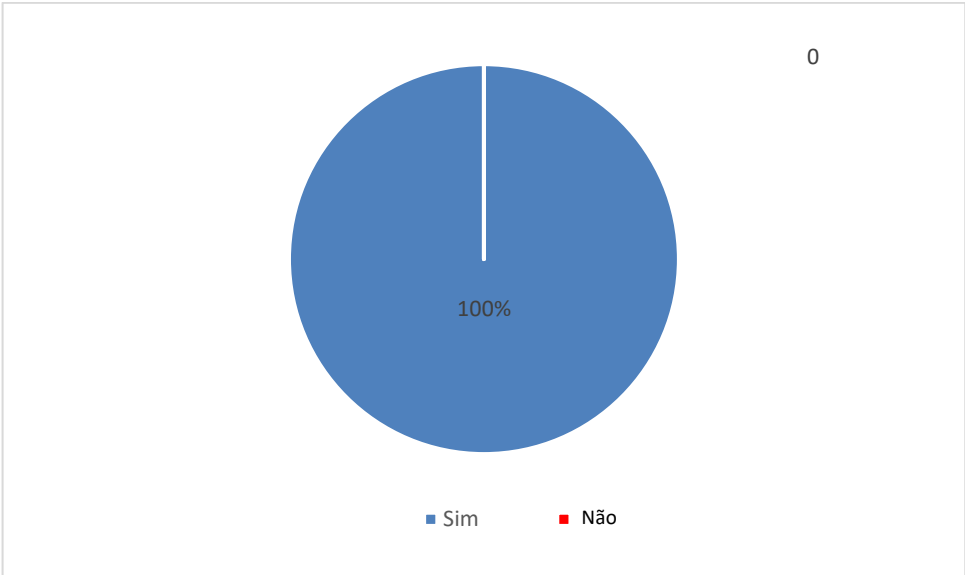
Gráfico 3 — Você sente-se pertencente e integrante da memória e identidade do Neeja Julieta Villamil Balestro?



Fonte: elaborado pela autora (2024).

O gráfico 4 é uma pergunta destinada ao PE, demonstrando que os respondentes compreenderam de forma positiva a capacidade que o e-book possui de contribuir para o resgate da memória, história e identidade do NEEJA Julieta Villamil Balestro.

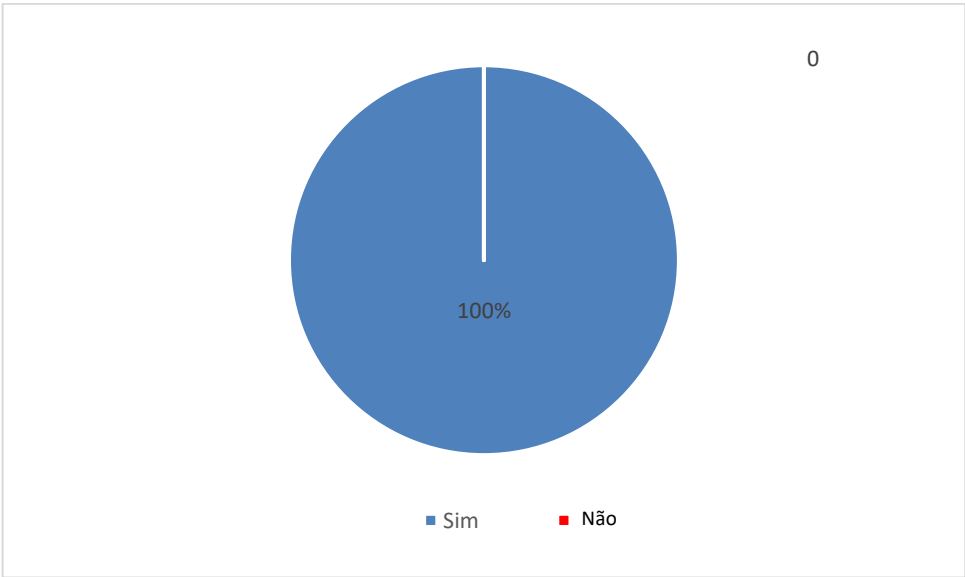
Gráfico 4 — O e-book contribui de forma positiva para o resgate da memória, história e identidade do NEEJA Julieta Villamil Balestro?



Fonte: elaborado pela autora (2024).

O gráfico 5 apresenta os espaços pedagógicos do Neeja, como ele se estrutura e é planejado. Os respondentes, além de compreenderem esta pergunta, se mostraram dispostos a contribuir e demonstrar as práticas pedagógicas e o que vem sendo desenvolvido com as pessoas privadas de liberdade.

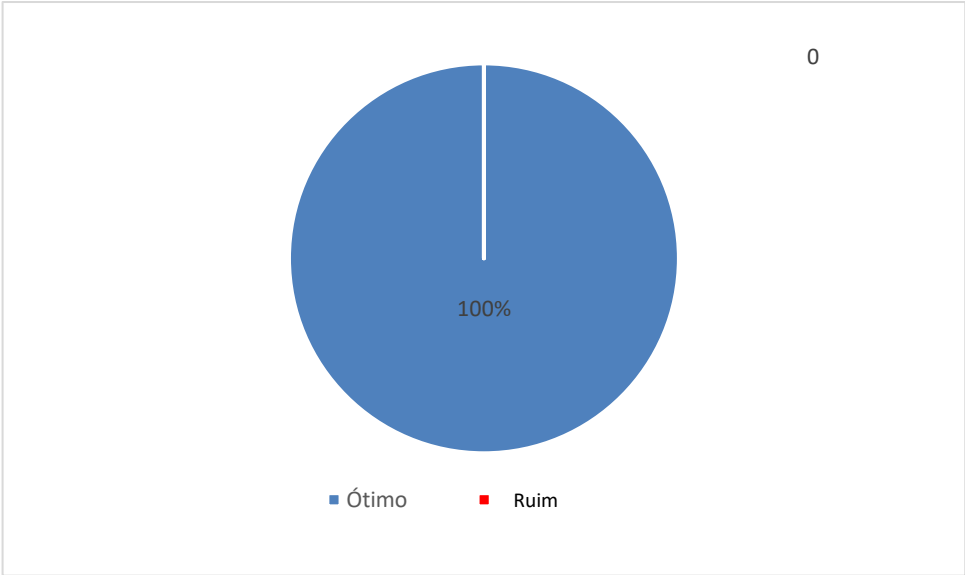
Gráfico 5 — Através do e-book foi possível compreender como se estruturam e são planejados os espaços pedagógicos do NEEJA Julieta Villamil Balestro?



Fonte: elaborado pela autora (2024).

O gráfico 6 refere-se à apresentação e layout dos conteúdos do E-book. Os respondentes ficaram 100% satisfeitos com o produto educacional. Foi criada a nomenclatura de: ótimo, muito bom, bom, razoável e ruim. Todos os respondentes acharam o PE “Ótimo”.

Gráfico 6 — Quanto ao layout e à apresentação dos conteúdos do E-book?



Fonte: elaborado pela autora (2024).

O quadro abaixo é referente aos comentários acerca do produto educacional, um feedback de sugestões, críticas e ou melhorias.

Quadro 18 — Comente

R1	Este e-book será um trabalho pioneiro na valorização, visibilidade e compreensão de como acontece a Educação Prisional diariamente dentro das casas prisionais.
R2	Achei muito importante o e-book para demonstrar como funciona e a fundamentação do Neeja.
R3	Este trabalho e o e-book é maravilhoso para mostrar o trabalho que é feito dentro do complexo prisional
R4	A Cristiane Fortes está de parabéns!
R5	A minha primeira expectativa dando aula no complexo prisional foi ter medo de ver coisas ruins. Pelo contrário, vejo ali sujeitos cheios de esperanças de

	uma vida melhor através do conhecimento. Essas histórias existem e precisam ser conhecidas.
R6	Vou deixar registrado aqui minha admiração pela escolha do tema desse e-book e pelo resgate dessa memória. Parabéns!
R7	Podemos contribuir para o trabalho com registros.
R8	Não comentou.
R9	Faltou mais conteúdos pelos quais as casas prisionais não autorizam.
R10	Pelo esclarecimento para a sociedade onde podemos ressocializar os apenados.

Fonte: elaborado pela autora (2024).

4.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PRODUTO EDUCACIONAL

Neste e-book, apresentamos a “Organização e Memórias na Educação Profissional do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos Julieta Villamil Balestro. Buscou-se nesta obra resgatar a memória de um núcleo que é considerado um dos maiores pelo fato de atender a tantos complexos e, ainda, com atuação no Município de Charqueadas, que abriga o maior complexo penitenciário da América Latina (Charqueadas, 2021). Embora esta educação ocorra em um contexto bastante desafiador e complexo, se fez necessário adentrar na trajetória do Neeja e apresentar para a sociedade que no sistema prisional ocorre a educação e compreender estes espaços pedagógicos, a realidade concreta dos presídios, os desafios, ainda pouco ou nada trabalhada nos cursos de licenciaturas.

É de extrema importância falarmos de memória, lembrando que memória é vida e esta instituição precisa compreender seu papel na sociedade e que este Neeja esteja em constante lembrança e não no esquecimento. No que tange à construção do núcleo e sua implementação como lugar de memória, a obra tem a intenção de buscar a identidade da escola e não apenas como espaço de construção da história da instituição.

Ao falarmos desta educação para as pessoas privadas de liberdade, se faz necessário estimular a reflexão, promovendo um entendimento profundo das políticas educacionais para esta população, pois estas têm impacto significativo na Educação de Jovens e Adultos em espaços de privação de liberdade, e buscam reduzir a violência e prevenir a reincidência, destacando a importância da educação como

direito social. Os profissionais que atuam na educação em prisões enfrentam inúmeros desafios, tais como: superlotação; falta de recursos e infraestrutura inadequada, além de riscos constantes à segurança e altos níveis de estresse. A pressão psicológica, a falta de formação continuada e os dilemas éticos também dificultam o trabalho nesses espaços, devido às condições às quais estão submetidas as pessoas em cumprimento de penas privativas ou restritivas de liberdade. Há uma forte ligação entre educação e segurança pública. A educação nestes espaços de privação de liberdade é vista como meio essencial de reintegração social dos indivíduos, respeitando sua dignidade humana e contribuindo para o desenvolvimento sustentável. Esta visão reforça a importância da educação no combate à criminalidade e na promoção de uma sociedade mais justa e segura.

No entanto, temos que ter a ciência de que a educação é um direito humano e fundamental em qualquer contexto educacional, e não seria diferente na educação das prisões. A Unesco enfatiza a importância da aprendizagem ao longo da vida, defendendo que todas as pessoas têm direito ao acesso à educação de qualidade que promova seu desenvolvimento integral, buscando formar pessoas autônomas, críticas e criativas, promovendo a formação integral dos sujeitos, e, para que isso ocorra, é fundamental investimento público. Essa concepção pressupõe a formação de sujeitos plenos, capazes de participar ativamente da sociedade e de construir seus próprios projetos de vida.

Com a adoção das reformas neoliberais ocorridas nos últimos anos, tais políticas vêm impactando negativamente a implementação de políticas educacionais no contexto prisional, dificultando a oferta de uma educação de qualidade para as pessoas privadas de liberdade, limitando as possibilidades de sua reintegração social e oportunidade de desenvolvimento pessoal e profissional.

Segundo o Parecer nº 11, a EJA tem funções reparadoras, equalizadoras e permanente. A primeira visa corrigir as desigualdades históricas e sociais. A segunda busca proporcionar igualdade de oportunidades e a última promover a educação ao longo da vida. A EJA enfrenta desafios como a evasão escolar, a falta de infraestrutura adequada e a necessidade de formação continuada de professores e um olhar para a demanda gigantesca de pessoas sem a escolarização básica, considerando todas as faixas etárias de pessoas jovens, adultas e idosas.

Estamos longe do favorecimento do processo educativo da educação de jovens e adultos à educação do ensino médio integrado, pois é necessário incentivar a

contextualização do currículo e a valorização das realidades locais e os perfis dos estudantes, promovendo uma proposta pedagógica adaptada às necessidades dos jovens e adultos. É fundamental enfatizar a necessidade de flexibilidade do currículo para atender as diferentes realidades dos estudantes, promovendo a equidade e a proporcionalidade e reintegrando aspectos formais e não formais da educação, focando na formação humana integral dos indivíduos.

Diante disso, defendemos que a atuação do Neeja esteja voltada para o trabalho como princípio educativo, alinhando conhecimento e prática de trabalho, através de um processo formativo amparado no ideário da Politecnia, que integre ciência, cultura, humanismo e tecnologia, almejando a formação humana integral dos seus discentes.

Desse modo, não pretendemos encerrar, aqui, a trajetória histórica de uma instituição que permanece viva e o objetivo maior foi o de registrar uma trajetória de uma instituição que está consolidada nos seus processos educativos desde o ano de 2002. Deixo aqui o registro de que tal tarefa de redigir a dissertação e construir o e-book digital não foi nada fácil, encaminhou-se com muitas dificuldades com a plataforma Brasil, na qual houve situações que dificultaram a aprovação. Devido ao ambiente ser muito restrito, eu só consegui tal aprovação com o Comitê de Ética Penal. Posteriormente a instituição, ao me receber, passava por um processo de mudanças com a equipe diretiva. O período de liberação que ocorreu no mês de dezembro não foi nada favorável e os recursos tecnológicos impossíveis de utilização e houve muitas negativas na solicitação de documentos, horários de permanência e acessos ao local. Enfim, no início um grande impasse, gerando, em muitos momentos, uma grande frustração e por fim um sentimento de etapa concluída com êxito, empatia, respeito e orgulho.

Com base na avaliação realizada pelos docentes, equipe pedagógica e diretiva, o e-book teve uma aceitação positiva, com 100% de reconhecimento e valorização dos profissionais que ali atuam, destacando o produto educacional como um trabalho pioneiro, na valorização, visibilidade e compreensão de como acontece a Educação Prisional diariamente dentro das casas prisionais do Complexo Penitenciário de Charqueadas e mensuraram a importância deste registro, da apresentação da memória e organização do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos Julieta Villamil Balestro para toda a sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário da Educação de Jovens e Adultos no Brasil sempre enfrentou desafios importantes. É urgente reafirmar a EJA como direito da classe trabalhadora, enfrentando precarização das relações de trabalho, as políticas neoliberais, a inexistência de políticas de formação docente específicas para a EJA e o currículo demais fragmentado, pois esta deve assegurar uma educação que contribua para a emancipação humana, sendo importante defendermos a Educação Popular como fundamentação teórico-prática da EJA.

A EJA revelou-se nos últimos anos um cenário alarmante de processos de exclusão social e educacional, associados à estrutura capitalista dominante e este processo é reverso quando implantadas políticas educacionais que promovam inclusão com justiça social e garantam o direito à aprendizagem, em contraste com as políticas neoliberais adotadas após o governo de Michel Temer e ampliadas por Jair Bolsonaro. A EJA não pode ser entendida como educação pobre para pobres ou projetos não formais, tampouco, como sinônimo de EJA, a educação popular é uma corrente político-pedagógica crítica, com sentido emancipatório, que disputa projetos de escola, saúde, entre tantas áreas, modalidades e contextos, sempre em prol da justiça social com conteúdo significativo e transformador, a favor da valorização dos trabalhadores e da formação crítica e defensora de políticas estatais de qualidade social com participação popular.

Neste sentido, o trabalho como princípio educativo é um elemento central, deve ser compreendido como um processo formativo, que permite a articulação entre diferentes campos do saber e a reflexão crítica sobre a realidade. A integração entre conhecimento acadêmico e experiência concreta que visa ao trabalho e possibilita uma educação que promova o desenvolvimento humano integral e a emancipação social e tais princípios precisam estar presentes na EJA para superação da fragmentação curricular, visando à formação de sujeitos críticos e autônomos.

Diante deste cenário, questionamos, por fim, como assegurar estas premissas em um Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos Julieta Villamil Balestro, em um contexto bastante desafiador. Estamos adentrando em um ambiente prisional, que enfrenta obstáculos ainda maiores de alfabetização, um espaço bastante restrito às informações tecnológicas, em meio precário das relações de trabalho e ao avanço das políticas neoliberais no campo educacional?

Esta pesquisa apresentou os desafios e fatores facilitadores enfrentados no contexto prisional, que são diversos: como a mobilidade interna da casa prisional, oportunidade de realização dos processos educacionais, diálogo entre as partes, disponibilidade de materiais pedagógicos, algo bastante restrito, a utilização da tecnologia e alunos que necessitam de inclusão. Ainda os professores buscam garantir as estratégias de formação e capacitação, ainda longe de serem concretizadas. Existe bastante informação, mas ainda falta a exploração da realidade prisional. A estratégia do Neeja com a participação da sociedade civil não ocorre de forma concreta com a realidade, o que vêm ocorrendo, na verdade, são palestras destacando as pessoas privadas de liberdade com a remissão pela leitura, e a qualificação conta apenas com o apoio do Departamento de Tratamento Penal.

A estrutura do currículo integrado com o Proeja, não sendo este o objeto de estudo, é algo que deve ser aprimorado, pois ainda estão proporcionando uma educação básica devido à multisseriação existente. A ampliação das atividades formais e não formais no Neeja do sistema prisional vem ocorrendo nas reuniões semanais, buscando ampliar e compartilhar experiências bem sucedidas com o foco em pesquisa de novas possibilidades e práticas na educação prisional e vem atendendo a resolução, que tem, com base no disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Decreto nº 5.154/2004, e com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 1/2021, o seu alinhamento à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e à Política Nacional de Alfabetização (PNA).

O trabalho é visto como um processo de ressocialização, mas ele ocorre por meio de um processo elaborado pela assistente social, no qual o recluso demonstra interesse em participar, é observada a situação de envolvimento com a facção, este acontecimento é muito bem avaliado pelo sistema, na Penitenciária da cidade de Arroio dos Ratos este processo está relacionado à educação Eja e educação profissional. A contagem para a remição por trabalho considerará um dia remido para cada três dias de trabalho do preso. A contagem é feita em dias, sem considerar as horas trabalhadas e a contagem da remição pelo estudo que ocorre a cada 12 horas de frequência escolar em cursos de ensino fundamental, médio, profissionalizante ou superior, divididas em no mínimo 3 dias. A remição pela leitura não está expressamente prevista na LEP, mas é reconhecida no ordenamento jurídico como uma atividade válida para remição de pena. Muitas vezes o trabalho acaba sendo bem interessante e os estudos acabam deixando de ocorrer.

O Neeja Julieta Villamil Balestro representado pelos professores, menciona que a memória institucional é crucial para a comunidade escolar, pois fortalece a identidade, o pertencimento e a cultura da instituição. Ao preservar a história, a comunidade se apropria de seus valores e práticas, criando um senso de reflexão sobre a existência de pessoas privadas de liberdade, além de ela servir como base para o desenvolvimento de projetos pedagógicos e para reconstrução de vidas.

Espera-se que esta pesquisa esteja alicerçada em uma proposta pedagógica de Paulo Freire, enfatizada na proposta do autor, descrita no Parecer CNE/CEB 11/2000, considerando a educação como um processo permanente e inclusivo, pois baseia-se no diálogo e na problematização, permitindo que os educandos reflitam criticamente sobre as suas realidades e contribuam para uma formação cidadã com sentido emancipatório. Esta formação refere-se a um processo de educação que dialoga com diferentes saberes, formando pessoas para compreenderem e questionarem criticamente os conteúdos, contextos sociais, políticos, culturais, educacionais que fazem parte da sua vida. Tal formação promove a consciência de direitos e deveres, estimulando a participação cidadã na construção de uma sociedade mais justa.

O objetivo desta pesquisa foi atendido, pois apresentamos e adentramos nos espaços pedagógicos da EJA Julieta Villamil Balestro e resgatamos sua memória e trouxemos a necessidade de que entender o conhecimento do presente é essencial para que possamos entender o passado. Podemos dizer que a memória é registro, ela é um repositório daquilo que vivenciamos, das nossas experiências sociais coletivas e individuais, a memória compreende a relação entre o homem e o meio, entre o sujeito e a sociedade e as intencionalidades de uma materialidade educacional, num dado tempo e espaço. Para que os sujeitos reafirmem sua identidade, é imprescindível que conheçam e entendam sua história, que reconstituam e preservem sua memória e aqui registramos o que de melhor conseguimos vivenciar neste espaço educacional tão restrito e desafiador.

Buscou-se a valorização da identidade e o sentimento de pertencimento de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo e espera-se com a construção do e-book digital iniciar um diálogo sobre a EJA em espaços de privação de liberdade, com ênfase nas influências das políticas internacionais e nos desafios enfrentados pelos profissionais da educação neste contexto, aqui entendidos como educadoras, tanto os professores e as professoras quanto os policiais penais, pois ambos

desempenham papéis essenciais no processo educativo das pessoas privadas de liberdade. Os primeiros trazem a prática pedagógica e o conhecimento escolarizado em diálogo com outros saberes para os educandos; os policiais penais, ao mediar o ambiente e as interações cotidianas, influenciam diretamente o clima educacional, podendo contribuir para um espaço humanizado, respeitoso e saudável, mais propício à aprendizagem e ao desenvolvimento humano.

REFERÊNCIAS

- ANDRIGHETTO, M. J. **Educação de Jovens e Adultos integrada à educação profissional e tecnológica: movimentos e dialeticidade do trabalho pedagógico**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2019.
- BARBOSA, H.; MACHADO, L. R. S.; AFONSO, M. L. M. Reflexões sobre a docência na educação profissional e tecnológica. **Labor**, Fortaleza, v. 1, n. 24, p. 62-81, 19 out. 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/44352>. Acesso em: 24 dez. 2024.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 1. ed. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BESSEMER, S. P; TREFFINGER, D. J. Analysis of creative products: review and synthesis. **The Journal of Creative Behavior**, [s. l.], v. 15, n. 3, p. 158-178, 1981.
- BRASIL. **Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 18 abr. 1997. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm. Acesso em: 5 ago. 2017.
- BRASIL. **Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o §2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 23 jul. 2004.
- BRASIL. **Decreto n. 5.478, de 24 de junho de 2005**. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5840.htm. Acesso em: 20 ago.2024.
- BRASIL. **Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984**. Lei de Execução Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1984. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 5 jul. 2023.
- BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%209.394-1996?OpenDocument. Acesso em: fev. 2024.
- BRASIL. **Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Conversão da Medida Provisória nº 746, de 2016. Altera as leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996,

que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a consolidação das leis do Trabalho CLT, aprovada pelo decreto-lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e o decreto-lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF: Presidência da República, 2017.

BRASIL. **Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1971.

BRASIL. **Lei n. 7.044 de 1982.** Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. Brasília, DF: Presidência da República, 1982. Disponível em: http://reformasdeensino.blogspot.com/2014/07/lei-704482_29.html. Acesso em: 7 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Documento Orientador de APCN.** Área 46: Ensino. Brasília, DF: MEC, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica:** concepção e diretrizes. Brasília, DF: MEC, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: MEC, 1996. disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/l9394.htm. Acesso em: 30 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos.** Brasília, DF: MEC, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pacto-eja>. Acesso em: 5 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação sobre as diretrizes nacionais para a oferta de Educação para Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais.** Brasília, DF: CNE, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5142-rceb002-10&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 7 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 11, de 10 de maio de 2000.** Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: MEC, 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf. Acesso em: 18 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 28 de maio de 2021.** Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos

aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância. Brasília, DF: MEC, 2021. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superiores/30000-uncategorised/90871-resolucoes-ceb-2021>. Acesso em: 1 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Ensino Profissional Técnico de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio**: documento base. Brasília, DF: MEC/Setec, 2007a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso em: 5 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Proeja**: Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Documento Base. Brasília, DF: MEC/Setec, 2007b.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Resolução n. 3, de 11 de março de 2009. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos estabelecimentos penais. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília, DF, p. 22-23, 25 mar. 2009. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/pt-br/composicao/cnpcp/resolucoes/2009/resolucao-no-3-de-11-de-marco-de-2009.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2023.

CABRAL, P. **A EJA nos espaços de privação e restrição de liberdade**: as apropriações das diretrizes da UNESCO no direcionamento do trabalho de professores(as). 2019. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

CANÁRIO, R. Aprender sem ser ensinado. A importância estratégica da educação não formal. In: LIMA, L. C. *et al.* **A educação em Portugal (1986-2006)**: alguns contributos de investigação. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 2006. p. 159-206.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. Trad. Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2018.

CARGNIN, R. *et al.* As pesquisas sobre EJA EPT: formação continuada: da redução a necessidade de novos estudos. In: MARASCHIN, M. S. *et al.* (org.). **Pesquisas em educação profissional e tecnológica**. Santa Maria: UFSM, 2023. p. 34-50.

CAVALCANTI, G. K. O. **Prática curricular docente no Proeja/FIC**: contribuições da pedagogia histórico-crítica para a formação omnilateral. 2022. Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Pernambuco, 2022.

CHIZZOTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evoluções e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, Portugal, ano/vol. 16, n. 2, 2003.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. *In*: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (org.). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. Cap. 3.

COUTINHO, C. P. **Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: teoria e prática**. 1. ed. Coimbra: Edições Almedina, 2011.

DUARTE, L. S. **Caracterização da inovação tecnológica no setor de software de gestão integrada**: estudos de casos nas empresas de base tecnológica do Estado de São Paulo. 2019. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2019.

FERRAZ, E. *et al.* Educação e cultura na Constituição Brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 65, n. 151, p. 654-684, set./dez. 1984.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, abr./jun. 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, P.; GADOTTI, M.; GUIMARÃES, S. **Pedagogia**: diálogo e conflito. 2. ed. São Paulo: Cortez-Autores Associados, 1986.

FRIGOTTO, G. **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 2008.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (org.). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

GADOTTI, M. A questão da educação formal/não formal. *In*: INSTITUT INTERNATIONAL DES DROITS DE L'ENFANT. **Droit à l'éducation**: solution à tous les problèmes ou problème sans solution? Sion: IDE, 2005.

GARBIN, E. M.; TONINI, I. M. “Geografando” práticas juvenis que(de)marcam a metrópole: uma questão de currículo escolar? **Geograficidade**, [s. l.], v. 2, Número Especial, primavera 2012. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/12834/pdf>. Acesso em: 2 dez. 2024.

GERLACH, V. D. B.; SANTOS, D. C. **Gestão educacional**: histórias e memórias de dirigentes da educação profissional e tecnológica em tempos de adversidades. Santa Maria: Editora IFFar, 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, M. G. Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: avaliação das políticas públicas de educação**, [Brasil], v. 14, n. 50, p. 27-38, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2024.

GONDAR, J. Cinco proposições sobre memória social. *In*: DODEBEI, V.; FARIAS, F. R.; GONDAR, J. (org.). **Por que memória social?** Rio de Janeiro: Híbrida, 2016. p. 19-40. Disponível em: http://www.memoriasocial.pro.br/painel/pdf/publ_19.pdf. Acesso em: 30 jan. 2019.

GRAMSCI, A. **Textos selecionados**. Trad. Paolo Nosella. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2010.

HADDAD, S. **Estado e educação de adultos (1964/1985)**. 1991. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Transformações nas políticas de educação de jovens e adultos no Brasil no início do terceiro milênio: uma análise das agendas nacional e internacional. **Cadernos do CEDES**, [Brasil], v. 35, n. 96, 2015.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, p. 108-130, 2000.

ILLICH, I. **Sociedade sem escolas**. Petrópolis: Vozes, 1985.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Contínua 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

JUNQUEIRA, A. R. S. **Memórias e narrativas de sujeitos do Proeja do Instituto Federal Goiano – Campus Iporá**. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional) – Instituto Federal Goiano, Ceres, GO, 2021.

KAPLÚN, G. Material educativo: a experiência do aprendizado. **Comunicação e Educação**, São Paulo, v. 27, p. 46-60, maio/ago. 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491/40205>. Acesso em: 17 maio 2025.

LA BELLE, T. Formal, non-formal and informal education: a holistic perspective on lifelong learning. **International Review of Education**, [s. l.], v. 28, p. 159-175, 1982.

LA BELLE, T. **Non-formal Education in Latin American and the Caribbean**. Stability, reform or revolution? New York: Praeger, 1986.

LE GOFF, J. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: UNICAMP, 1990.

LEITE, P. S. C. P. Produtos educacionais em mestrados profissionais na área de ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. **Atas: Investigação Qualitativa em Educação**, [s. l.], v. 1, p. 330-339, 2018. Disponível em:

<https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1656>. Acesso em: 19 maio 2025.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MACEDO, M.; CARRASCO, L. **Contextos de entrevista: olhares diversos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

MALINOWSKI, B. Os pensadores: argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos Arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. **Abril Cultural**, São Paulo, 1978. Disponível em: http://www.ppga.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/sele%C3%A7%C3%A3o%202016/Docfoc.com-MALINOWSKI_Argonautas-Do-Pacifico-Occidental-Os-Pensadores.pdf.pdf. Acesso em: 1 jul. 2024.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 5. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2011.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 6. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2007.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7- 32, 1999.

MOREIRA, M. A. O mestrado (profissional) em ensino. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 131-142, 2004.

MOURA, A. F.; LIMA, M. G. A reinvenção da roda: roda de conversa, um instrumento metodológico possível. **Revista Temas em Educação**, [s. l.], v. 23, n. 1, p. 95-103, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/18338>. Acesso em: 4 jul. 2023.

NENE, P. [**Sem título**]. [c2016]. 1 fotografia. Disponível em: <https://acervo.fpabramo.org.br/index.php/evento-nao-identificado-rio-grande-do-sul-data-desconhecida-credito-protasio-nene>. Acesso em: 8 jul. 2025.

NOVO, J. S. **Memórias e trajetórias de professores do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos na Penitenciária Estadual do Jacuí**. 2021. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Bens Culturais) – Universidade La Salle, Canoas, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11690/3208>. Acesso em: 8 jul. 2023.

OLIVEIRA, S. F. **Historicidade e práticas educativas da educação prisional no Brasil**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2021.

ONOFRE, E. M. C. Políticas de formação de educadores para os espaços de restrição e de privação de liberdade. **Revista Eletrônica de Educação**, [Brasil], v. 7, n. 1, p. 137-158, 2013.

OBJETIVOS DO PROFEPT. **ProfEPT**, Espírito Santo, 2 fev. 2017. Disponível em: <https://profept.ifes.edu.br/sobreprofept?start=1>. Acesso em: 5 jul. 2025.

O QUE É Educação formal, não formal e informal | Espaços escolares e não escolares. [S. l.: s. n.], 2021. 1 vídeo (6 min). Publicado pelo canal Pedagogia Mirim. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2bzWHEVj8h8>. Acesso em: 5 jul. 2025.

O QUE O CENSO 2022 tem a dizer sobre alfabetização? **IBGE Educa**, Rio de Janeiro, 17 maio 2024. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/professores/educanoticias/2915-ie-ibge-educaprofessores/noticias/22316-o-que-o-censo-2022-tem-a-dizer-sobre-alfabetizacao.html>. Acesso em: 5 jun. 2025.

CHARQUEADAS. **Decreto n. 3861**. APROVA e INSTITUI o Plano de Saneamento Básico de Abastecimento de água Potável, Esgotamento Sanitário e Drenagem de Águas Pluviais Urbanas do Município de Charqueadas. Charqueadas: Prefeitura Municipal, 2021.

CHARQUEADAS. **Plano Municipal de Educação 2015-2024**. Charqueadas: Conselho Municipal de Educação, [2015]. Disponível em: <https://www.cmecharqueadas.com/documentos/PME.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2025.

PEREIRA, M. H. S.; SCHUMACHER, J. Julieta Villamil Balestro: referência da educação nas prisões do RS. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISAS EM PRISÕES, 2., 2024, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UNIRIO: Even3, 2025. GT 3 – O campo de assistência à saúde e a educação no sistema prisional. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/seminario-nacional-pesquisa-prisoas/991293-JULIETA-VILLAMIL-BALESTRO--REFERENCIA-DA-EDUCACAO-NAS-PRISOES-DO-RS>. Acesso em: 5 jul. 2025.

PROGRAMA Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja). **Gov.br**, Ministério da Educação, Brasília, DF, c2018. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/proeja>. Acesso em: 2 fev. 2025.

RAMOS, M. Concepção do ensino médio integrado. **Portal dos Fóruns de EJA**, Brasil, [2008]. Disponível em: https://homol.forumeja.org.br/wp-content/uploads/taianacan-items/1688/439501/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf. Acesso em: 7 jul. 2025.

RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual de Educação. **Parecer nº 1.422/2002**. Credencia o Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos e de Cultura Popular Julieta Villamil Balestro, nas dependências da Penitenciária Estadual do Jacuí, em Charqueadas, para a oferta de exames supletivos do ensino fundamental

e ensino médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Autoriza a oferta desses exames, nesse Núcleo. Aprova Regimento Escolar. Porto Alegre: CEEed, 2002.

RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual de Educação. **Resolução CEEed nº 343/2018**. Porto Alegre: CEEed, 2018.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto de Criação n. 41649. **Diário Oficial do Estado**, nº 101, Porto Alegre, 28 maio 2002.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei n. 14.705, de 25 de junho de 2015**. Institui o Plano Estadual de Educação – PEE –, em cumprimento ao Plano Nacional de Educação – PNE –, aprovado pela Lei Federal n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 2015. Disponível em: <https://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/LEI%2014.705.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2023.

ROGERS, A. **Non-formal education**: flexible schooling or participatory education? New York: Springer Science, 2005.

ROTHES, L. **Recomposição induzida do campo da educação básica de adultos**: lógicas de apropriação local num contexto político-institucional redefinido. 2005. Tese (Doutorado) – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto, Portugal, 2005.

SANTOS, M. S. **Memória coletiva e teoria social**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2003.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 39. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, D. **Sobre a concepção de politécnica**. Rio de Janeiro: Fiocruz: Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio, 1989.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SILVEIRA, Z. S. O Centro de Memória do CEFET/Rio de Janeiro: fotografia e formação profissional. In: CIAVATTA, M. (coord.). **Memória e temporalidades do trabalho e da educação**. Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj, 2007.

VEIGA, I. P. A. A escola em debate: gestão, projeto político pedagógico e avaliação. **Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 7, n. 12, p. 159-166, 2013.

VENTURA, J. A Educação de Jovens e Adultos trabalhadores no Brasil: revendo alguns marcos históricos. **IIEP**, São Paulo, 2007. Disponível em: http://www.iiep.org.br/curriculo_integrado.pdf. Acesso em: 5 jul. 2023.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM DIRETORES

Entrevistado nº ____

Nome:

Sexo:

Formação acadêmica:

Qual o tempo de atuação na instituição:

Início _____ Término _____

Local: _____ Data: __/__/__

- 1) Qual a relação da Sra. Julieta Balestro com o Neeja?

- 2) Por que ela é importante neste contexto?

- 3) O que representa ou representou o NEEJA na sua trajetória pessoal e profissional?

- 4) Qual foi a sua participação e avaliação do processo de elaboração e implementação do Neeja nos complexos prisionais?

- 5) Qual a importância da preservação da memória institucional para a comunidade escolar?

- 6) Qual a sua percepção do papel da educação e do trabalho na vida dos alunos reclusos?

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM SUPERVISOR ESCOLAR

Entrevistado nº ____

Nome:

Sexo:

Formação acadêmica:

Qual o tempo de atuação na instituição:

Início _____ Término _____

Local: _____ Data: __/__/__

- 1) Como as escolas desses espaços se organizam ou como os sistemas prisionais determinam a organização das escolas no NEEJA?

- 2) Como são disponibilizados os acessos aos reclusos?

- 3) Como são feitas as distribuições de turmas nos espaços pedagógicos?

- 4) Quem são os alunos (perfil, idade, formação)?

- 5) Quem são os professores que atuam hoje no NEEJA, quais os perfis destes profissionais?

- 6) Qual a sua percepção do papel da educação e do trabalho na vida dos alunos reclusos?

- 7) Qual a importância da preservação da memória institucional para a comunidade escolar?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM PROFESSORES

Entrevistado nº ____

Nome:

Sexo:

Formação acadêmica:

Qual o tempo de atuação na instituição:

Início _____ Término _____

Local: _____ Data: __/__/__

- 1) Qual são os principais desafios enfrentados no contexto de sala de aula e os fatores facilitadores?
- 2) Quais são as suas estratégias para favorecer o processo educativo na EJA ao EMI?
- 3) Quais as estratégias para garantir a formação e capacitação dos profissionais ligados à educação no sistema prisional?
- 4) Você consegue relacionar diretamente o trabalho prisional com o mundo de trabalho contemporâneo? Se sim, de que forma e se não, quais seriam as dificuldades para a realização desta comparação?
- 5) Quais as estratégias do NEEJA com a participação da sociedade civil para fomentar a qualificação profissional às PPL?
- 6) Quais as estratégias estão sendo desenvolvidas para a ampliação da oferta de atividades educacionais formais e não formais no NEEJA do sistema prisional?
- 7) Qual a sua percepção do papel da educação e do trabalho na vida dos alunos reclusos?
- 8) Qual a importância da preservação da memória institucional para a comunidade escolar?